

Associação Brasileira de Cimento Portland

soluções para cidades

CAU/SP
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

ASBEA 40 ANOS

FEBRAE
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE ENGENGEIROS

ESPAÇOS PÚBLICOS

Diagnóstico e metodologia de projeto

Associação Brasileira de Cimento Portland

soluções para cidades

ESPAÇOS PÚBLICOS

Diagnóstico e metodologia de projeto

2013

CAU/SP Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

FEBRAE FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE ENGENGEIROS

ASBEA 40 ANOS

Associação Brasileira de Cimento Portland
Av. Torres de Oliveira, 76 - Jaguaré
São Paulo - SP - CEP 05347-902
Tel. (11) 3760-5300

Diretor Presidente: Renato Giusti
Gerente de Planejamento e Mercado: Valter Frigieri Jr.

Programa Soluções Para Cidades

Coordenadora: Erika Mota
Equipe: Cristiane Bastos, Ligia Pinheiro
Autora: Simone Gatti
Revisão de Texto: Eder Santin
Design Gráfico: Lima Estúdio Gráfico
Foto de capa: Eduardo Borges Barcellos

Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto

*COPYRIGHT Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)

Todos os direitos de reprodução ou tradução reservados pela
Associação Brasileira de Cimento Portland

Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto
Coordenação do Programa Soluções para Cidades, Simone Gatti – São Paulo, ABCP, 2013.
91 p.

ISBN 978-85-87024-66-4

1. Espaços públicos 2. Elaboração de projetos 3. Boas práticas 4. Método de trabalho

CDU 72.011.1



Nelson Kon

APRESENTAÇÃO

O PROGRAMA SOLUÇÕES PARA CIDADES

O Soluções para Cidades é um programa de apoio aos municípios, que tem o objetivo de acelerar e qualificar o desenvolvimento urbano nas áreas de Habitação, Saneamento, Mobilidade e Espaços Públicos.

Desenvolvido pela ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland, o programa promove o uso de soluções à base de cimento por meio de uma plataforma que congrega ferramentas de apoio e capacitação a técnicos e gestores públicos, articula os atores envolvidos na dinâmica urbana e Sistematiza e divulga práticas que possam inspirar novos modelos de desenvolvimento.

O que nos move?

A possibilidade de influenciar a qualidade de vida das pessoas, por meio da melhoria da infraestrutura urbana, nos inspira a apoiar intervenções que contribuam para o desenvolvimento das cidades.

Para conhecer mais sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Soluções para Cidades, acesse nosso portal em *www.solucoesparacidades.org.br* e entre em contato conosco.

Sobre a autora:

Simone Gatti é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Estadual de Londrina. É doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e especialista em Projetos Urbanos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Trabalhou na coordenação de diversos planos e projetos urbanos, entre eles a Operação Urbana Eixo Tamanduatehy em Santo André, o Plano de Mobilidade e Acessibilidade para o Centro Histórico de Paranaguá e o Estudo de Diretrizes para o Plano de Mobilidade Sustentável de São Paulo. Exerce pesquisa em políticas habitacionais, reestruturação de centros urbanos, gentrificação e mobilidade, e é conselheira representante da sociedade civil no Conselho Gestor da ZEIS 3 C 016 (Sé) na Prefeitura Municipal de São Paulo.

PREFÁCIO

O CAU/SP é um Conselho recém-criado que tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício profissional.

Um dos principais objetivos do CAU é democratizar o acesso à arquitetura, fazendo-a chegar a toda a sociedade. Nesse sentido, a discussão do espaço público vem em boa hora. Temas como a arquitetura na atualidade e a importância da valorização dos espaços públicos são constantemente discutidos no Conselho.

O País vive um emblemático momento histórico, em que a sociedade cobra melhorias em sua estrutura urbana e não há como falar em urbanismo sem vinculá-lo ao profissional Arquiteto e Urbanista, que desempenha papel fundamental na elaboração, desenvolvimento e execução das soluções urbanísticas, assuntos em questão.

Consideramos indispensável a presença dos arquitetos brasileiros nessa discussão, uma vez que obras públicas, em especial, deveriam ser iniciadas somente a partir de um projeto executivo. Tais medidas são fundamentos de uma política de Estado para a organização das cidades, discutindo o espaço público como um espaço de cidadania.

A obra desenvolvida pela ABCP, intitulada "Espaços Públicos – Diagnóstico e Metodologia de Projeto", acrescenta novos modelos e soluções de desenvolvimento, sistematizando os estudos necessários para criação de espaços públicos.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo apoia e incentiva a formação continuada por meio de projetos e ideias que busquem o aperfeiçoamento da profissão.

Arq. Urb. Afonso Celso Bueno Monteiro - Presidente do CAU/SP
Arq. Urb. Gustavo Ramos Melo - Vice Presidente do CAU/SP

AGRADECIMENTOS

Aos arquitetos e escritórios de arquitetura que contribuíram com o fornecimento de dados dos projetos mencionados:

Aflalo & Gasperini
Boldarini Arquitetura e Urbanismo
Edgar Mazo [Paisages Emergentes]
Estúdio América
Igor Guatelli
Levisky Arquitetos Associados
Mariana Hardy e Fernando Maculan
Senzi Consultoria Luminotécnica
TC Urbes
Viglieca & Associados

Aos fotógrafos que gentilmente cederam as fotos de sua autoria para a publicação:

André Porto
Camila de oliveira
Cristiane Bastos
Daniel Ducci
Deise Cristófoli
Eduardo Borges Barcelos
Eduardo Muylaert, Helô Melo e Guinter Parschalk
Gabor Nemes
Hannah Arcuschin Machado
Jair Ferreira
Leovaldo Foganhole
Marcelo Prates
Nathaniel Cormier
Nelson Kon
Rafael Pinho e Cecilia Rocha

Ao fotógrafo Davi Martins que fotografou São Paulo exclusivamente para este trabalho.

E à empresa Interação Urbana pelo apoio ao desenvolvimento deste manual.

SUMÁRIO

08 **Introdução**

1 **Lendo o espaço urbano da sua cidade**

12 Mapeando pontos de interesse
13 Mapeando problemas e potencialidades
20 Analisando os espaços públicos: praças, ruas e parques
21 Identificando prioridades
21 Identificando alternativas

2 **Passo a passo para a elaboração de projetos de espaços públicos**

30 Análise do entorno
36 Análise da área ou terreno
39 Processo participativo
42 Definição do programa
43 Setorização de atividades
48 Projetando os espaços
51 Projetos específicos complementares
57 Detalhamentos necessários para execução
57 Memorial descritivo de obra
57 Planilha orçamentária: quantitativos e custos
57 Tabela de preços compostos e identificação da cadeia produtiva local
58 Manual de diretrizes pós-ocupação

3 Banco de boas práticas

61 1. Praça Pôr do Sol, São Paulo, SP
63 2. Reurbanização do Largo da Lapa, São Paulo, SP
65 3. Parque do Lago, Quito, Equador
67 4. Praça João Paulo Pinheiro (Praça da Estação), Governador Valadares, MG
69 5. Academia Cora Garrido no Baixio Viaduto do Café, São Paulo, SP
71 6. Revitalização do Largo do Mercado Público, Florianópolis, SC
73 7. Requalificação da Rua Oscar Freire, São Paulo, SP
76 8. Parque de Los Deseos, Medellin, Colômbia
78 9. Parque Ecológico da Pampulha (Sinalização e Comunicação Visual), Belo Horizonte, MG
81 10. Praça do Natal, Natal, RN
83 11. Parque Cantinho do Céu, São Paulo, SP
87 12. Parque da Juventude, São Paulo, SP

91 **Referências bibliográficas**



Eduardo Borges Barcellos

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos já não possuem, na vida contemporânea, o mesmo status dos tempos antigos, quando a ágora era o palco da manifestação da vida política de uma sociedade. As redes sociais, a internet e os shopping centers, assim como a insegurança e o descuido dos espaços públicos, retiraram parte das pessoas das ruas e das praças de nossas cidades. Contudo, espaços públicos ainda são representativos da vida urbana que se faz presente, e são os únicos lugares onde a vida coletiva, sem distinção de raça e classe social, permanece inalterada.

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro.

Dada a importância deste "lugar", que é o espaço público, para o contexto urbano, desenvolvemos este manual, acreditando na contribuição que a sua aplicação possa ter para a qualidade de vida das cidades e para a criação de espaços mais humanizados. O objetivo deste trabalho é orientar o olhar da administração pública, dos técnicos e seus gestores,



Davi Martins

para os espaços públicos de suas cidades, em busca de problemas e potencialidades que possam ser a base para a reestruturação de espaços públicos existentes ou para a criação de novos, e também auxiliar gestores públicos no desenvolvimento de editais de licitação, na definição do escopo de projetos e no acompanhamento das equipes contratadas.

O Manual Espaços Públicos: Diagnóstico e Metodologia de Projeto apresentado a seguir divide-se em três partes. O Capítulo 1 é o ponto inicial para se estabelecer uma política de tratamento e criação de espaços públicos em uma cidade. Trata da leitura do espaço urbano, indispensável para identificar onde podem ser investidas as melhorias urbanas, por meio do mapeamento dos pontos de interesse dos problemas e potencialidades e da identificação de prioridades e alternativas de projeto. O Capítulo 2 apresenta um passo a passo para o desenvolvimento de projetos. Após a análise do espaço urbano e a escolha do local de projeto, apresentamos um cronograma de todas as etapas necessárias para o desenvolvimento de um bom projeto, desde a análise do entorno e do terreno, até a planilha orçamentária e as diretrizes pós-ocupação, passando pelo processo participativo com a comunidade envolvida e os detalhamentos necessários. Já o Capítulo 3 apresenta a aplicação deste processo, por meio de boas soluções de projetos de espaços públicos, no Brasil e em outros países da América Latina, que tiveram como origem diferentes escopos e necessidades específicas, como parques e praças, reurbanização de ruas comerciais ou urbanização de áreas degradadas.

É importante lembrar que não basta projetar uma praça ou um parque. É preciso entender a dinâmica de uma cidade e a vida das pessoas no seu cotidiano, a fim de que os espaços públicos a serem projetados reflitam as necessidades e os anseios dos seus usuários, para só assim serem realmente utilizados. Um bom projeto de espaço público não depende apenas de uma boa execução técnica; também deve ser o espaço certo, no lugar certo e para as pessoas certas. A cidade precisa ser vista sob seus múltiplos aspectos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou culturais. E é este olhar múltiplo que deve ser absorvido pelas políticas públicas, que também precisam ser acompanhadas por políticas sociais que exerçam o controle do processo especulativo que envolve as melhorias urbanas, para que a população local, sobretudo a de baixa renda, possa usufruir das transformações e não seja expulsa de seu local de origem.

Esperamos que este manual possa não somente orientar a melhoria dos projetos de nossas cidades, mas incentivar gestões públicas a priorizar o tratamento dos espaços públicos na pauta de obras municipais e, desta forma, ampliar as possibilidades do encontro e da vida coletiva.

Simone Gatti



CAPÍTULO 1 LENDO O ESPAÇO URBANO DA SUA CIDADE

Foto: Davi Martins

DIRETRIZES PARA A IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Diagnosticar os problemas e as carências de espaços públicos presentes nas cidades, identificar potencialidades, escolher a melhor localização e o programa ideal são princípios fundamentais para a aplicação correta de recursos e a elaboração de um bom projeto urbano. Para tal, é necessário que se faça uma leitura global da cidade, a fim de que sejam sanadas as seguintes questões:

- Como diagnosticar os problemas e carências em espaço público da sua cidade?
- Quais as potencialidades existentes?
- Onde e para quem desenvolver projetos?
- Que tipo de projeto deve ser desenvolvido?
- Quais os diferentes tipos de espaços públicos que podem ser criados?

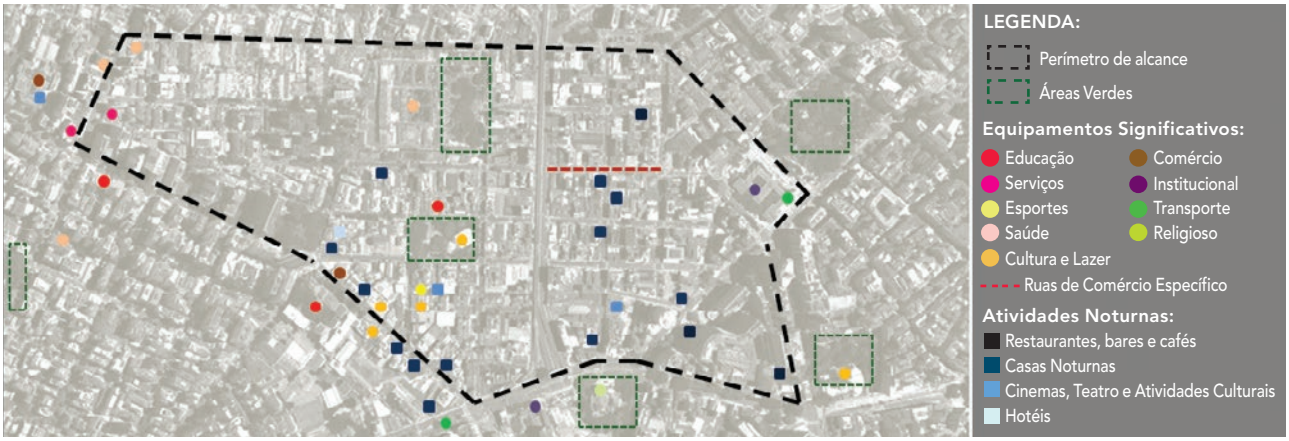
As diretrizes apresentadas a seguir pretendem orientar o olhar para o espaço urbano, direcionando-o para o desenvolvimento de projetos de espaços públicos que atendam às demandas funcionais de cada município e, sobretudo, que possibilitem a ampliação da vida coletiva e da humanização das cidades.

1 Mapeando pontos de interesse [por cidade, bairro ou perímetro de alcance]

O mapeamento dos pontos de interesse é o primeiro passo para uma leitura ampla dos problemas e potencialidades de uma cidade, bairro ou área específica. Este mapeamento identificará o quanto uma região é abastecida por áreas verdes, equipamentos públicos, comércio e serviços, e o quanto cada porção do território demanda ou não o investimento em novos espaços públicos ou na requalificação do existente, levando-se em consideração o uso destes espaços, seus moradores e a circulação de pessoas e veículos.

Poderão ser mapeados:

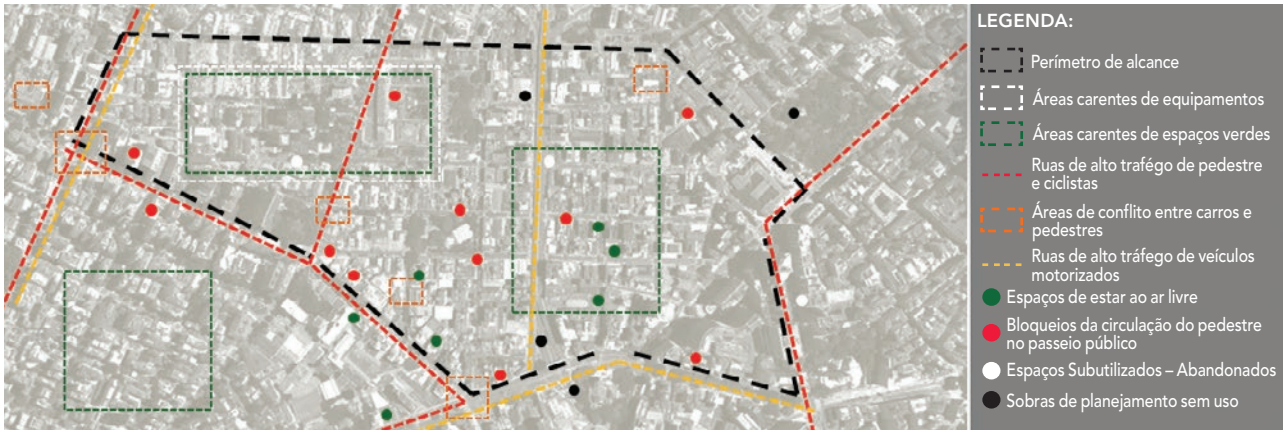
- Perímetro de alcance da intervenção
- Áreas verdes:
  - Praças
  - Parques
- Equipamentos significativos:
  - Educação
  - Cultura e lazer
  - Esportes
  - Saúde
  - Comércio
  - Institucional
  - Transportes
  - Religiosos
  - Serviços
- Ruas de comércio específico
- Atividades noturnas
  - Restaurantes, bares e cafés
  - Casas noturnas
  - Cinemas, teatros e atividades culturais
  - Hotéis
- Outros usos significativos



Exemplo de mapeamento dos pontos de interesse.

2 Mapeando problemas e potencialidades

Após identificados os principais pontos de interesse, o mapeamento de problemas e potencialidades de uma cidade ou área específica permitirá a vizualização das relações entre os usos existentes da cidade e a qualidade do espaço urbano. Esta relação permitirá a identificação de novas possibilidades de projetos, baseados no uso cotidiano que mereça uma infraestrutura adequada, ou mesmo na requalificação de áreas de conflito. O mapeamento dos problemas e potencialidades de uma ampla área permitirá ainda que sejam elencadas prioridades de investimento público com base na relevância do problema identificado e nas demandas existentes.



Exemplo de mapeamento dos problemas e potencialidades.

Poderão ser mapeados os seguintes problemas e potencialidades:

Áreas carentes de equipamentos

Uma área carente de equipamentos de cultura, lazer e esportes pode ser prioritária para a instalação de espaços públicos que ofereçam tais atividades, sobretudo se esta área for ocupada por uso residencial. O indicador de carência de equipamentos pode apresentar não só a melhor localidade para a implantação de um espaço público, mas o programa deste espaço. Poderão também ser implantadas novas atividades em espaço público já existente.

Áreas carentes de espaços verdes



Davi Martins

Calçadas áridas na Rua Fidalga, São Paulo.

A porcentagem de áreas verdes existente em uma cidade ou bairro costuma ser um dos principais índices para medir a qualidade do espaço urbano. Áreas verdes podem ser implantadas com a criação de parques e praças, mas também aproveitando-se sobras de planejamento urbano, como canteiros e rotatórias, onde o simples plantio de espécies arbóreas e forrações pode requalificar muito uma área degradada. Na ausência de áreas para a criação de novos espaços verdes, um bom programa de arborização urbana pode contribuir muito para a melhoria do conforto térmico, da paisagem e da qualidade de vida de determinadas regiões da cidade.

Áreas com grande circulação de pedestres e ciclistas



Davi Martins

Reurbanização da Rua Oscar Freire, São Paulo. Projeto: Vigliecca & Associados.

As áreas onde a circulação de modais não motorizados é intensa requerem investimentos na infraestrutura de seus espaços públicos, a fim de possibilitar maior conforto e segurança para pedestres e ciclistas. Ruas de intensa atividade comercial, por exemplo, necessitam de calçadas largas e acessíveis. Rotas de ciclistas precisam ser compatibilizadas com o tráfego local, seja introduzindo sistemas de traffic calming ou criando ciclofaixas e ciclovias segregadas da circulação de veículos.

FIQUE ATENTO

A leitura de uma área urbana para a priorização de projetos de espaços públicos não deve se ater apenas a terrenos e a áreas de praças ou parques, mas para o espaço público de uma forma mais ampla, que inclui as calçadas e as ruas, a serem adaptadas para o melhor convívio entre os diferentes modais. Áreas com grande circulação de pedestres pedem ainda espaços de descanso, arborizados e equipados com mobiliário adequado, de modo que o encontro e a permanência possa se dar na esfera da cidade, do espaço público, e não apenas nos espaços de uso privado.

Áreas de alto tráfego de veículos motorizados

O espaço público em áreas de alto tráfego de veículos motorizados requer sinalização adequada para a segurança de pedestres e ciclistas, bem como pode evidenciar a necessidade da criação de elementos de contenção do ruído e da poluição causados pelo tráfego intenso. Praças, parques e áreas de estar e convívio localizadas junto de vias de alto tráfego necessitam de arborização localizada e de elementos de segurança para as atividades instaladas. São áreas que merecem ser requalificadas à medida que minimizam a qualidade dos espaços envoltórios, expostos à poluição sonora, atmosférica e visual.

Áreas de conflito entre carros e pedestres

Pontos específicos do espaço urbano onde ocorrem acidentes e atropelamentos podem ser requalificados pela inserção de elementos como sinalização adequada ou passarelas para pedestres. Estas áreas de conflitos precisam ser mapeadas, para que sejam verificadas alternativas de melhorias ou mesmo se a instalação de um novo espaço público não ampliará tais conflitos.

Espaços de estar ao ar livre

Aglomerados humanos e usos espontâneos da cidade são excelentes indicadores para a melhoria da infraestrutura de determinados espaços da cidade. Projetar um espaço público qualificado em área onde já existe demanda de estar e convívio entre cidadãos significa melhorar a qualidade de vida para usos já consolidados.

Bloqueios da circulação do pedestre no passeio público

A reestruturação de ruas e calçadas se inicia pela eliminação dos bloqueios à circulação do pedestre, que é um dos problemas mais comuns identificados nas cidades brasileiras, onde não é respeitada a faixa livre necessária para a circulação e são instalados equipamentos que dificultam a acessibilidade do pedestre, sobretudo do deficiente físico. O mapeamento desses bloqueios na circulação pode identificar áreas mais propensas a receber investimento, pelo grande número de conflitos existentes somados à intensidade de circulação de pedestres.

Davi Martins





Davi Martins

Bloqueios da circulação do pedestre no passeio público das Ruas Belmiro Braga, e Prof. Roberto Hottinger, São Paulo.

Espaços subutilizados – abandonados

Espaços subutilizados ou abandonados são um grande problema para a qualidade de vida das áreas envoltórias, e ao mesmo tempo um grande potencial para a criação de novas áreas verdes e espaços públicos de lazer, cultura ou para a prática de esportes.

Exemplo de projeto em área abandonada em Nova York:



Eduardo Borges Barcellos

Ferrovia desativada transformada no parque suspenso High Line Park, Nova York. Projeto: James Corner Field Operations & Diller Scofidio.

Sobras de planejamento sem uso

As obras viárias são geradoras de espaços residuais muitas vezes subutilizados, como baixios de viaduto, rotatórias e canteiros. São pequenas porções de terra urbana pública sem uso ou destinação, que podem se tornar espaços de uso público de grande impacto e benefício para a população envoltória. A implementação de novos usos para estes espaços contribui ainda para a segurança da circulação de pedestres e para a eliminação de lugares ermos sujeitos ao acúmulo de lixo ou usos indevidos.

Exemplo de projeto em sobras de planejamento:



Igor Guatelli

Biblioteca comunitária e ringue de boxe localizados no baixio do Viaduto do Café, São Paulo.

Vazios periféricos

Não são somente áreas centrais, bem localizadas e dotadas de infraestrutura, devem ser alvo de investimento. A valorização de espaços públicos em vazios periféricos, que ficam à margem das áreas mais urbanizadas, pode fomentar o uso e a qualidade de vida de áreas-dormitórios, e ainda alavancar o desenvolvimento de regiões muitas vezes esquecidas na dinâmica da cidade.

Waterfronts (margens de águas)

Os *waterfronts*, áreas que margeiam rios, córregos, oceanos e represas, apresentam altíssimo potencial para a criação de espaços públicos. São áreas muitas vezes acessíveis somente aos lotes privados e que precisam ser resgatadas para o uso coletivo, a fim de ampliar a qualidade de vida não somente dos moradores de suas margens, mas de toda a cidade.

Exemplo de projeto em áreas que margeiam porções de água:



Viglieca & Associados

Contorno turístico da represa de Guarapiranga, São Paulo. Projeto: Viglieca & Associados.

Áreas com vistas privilegiadas

Áreas com vistas privilegiadas precisam ser mapeadas para que se possa tirar proveito desta localização e possibilitar seu uso pelos cidadãos, seja através da reordenação do sistema viário para a liberação de áreas ou aproveitando sobras do planejamento para a implantação de pequenas praças e mirantes. Um passeio de dimensões generosas, com mobiliário urbano adequado, já possibilita o uso diferenciado e a requalificação destas áreas.

Exemplo de projeto em área com vista privilegiada:



Davi Martins

Praça Pôr do Sol, São Paulo. Projeto: Miranda Magnolli

Áreas industriais desativadas ou subutilizadas

Antigas áreas industriais, atualmente desativadas ou subutilizadas, podem ser reinseridas na dinâmica da cidade e atrair novos investimentos através da requalificação de espaços públicos, e não somente de empreendimentos imobiliários. Identificar o potencial dessas áreas requer compreender seus perímetros e recriar ligações perdidas com o tecido urbano, sem deixar de lado sua memória e processo histórico.

Exemplo de projeto em área industrial desativada:

Simone Gatti



Puerto Madero, Buenos Aires

Lajes e coberturas sem uso

As coberturas planas de edifícios representam um dos maiores estoques de áreas subutilizadas de uma cidade. São espaços ociosos que poderiam ser transformados em áreas de estar e lazer, jardins suspensos e mirantes. Ocupar as coberturas de edifícios públicos, ou incentivar o uso das coberturas privadas, por meio de incentivos fiscais e indicações na legislação, pode trazer novos espaços coletivos para a cidade e ser uma forma econômica e rápida de melhoria da qualidade de vida de determinada área carente de espaços públicos.

Exemplo de criação de espaço público em coberturas:

Google Street View



Terraço do Conjunto Nacional, São Paulo. Projeto: David Libeskind

Terrenos contaminados

Áreas contaminadas por usos inadequados, os chamados brownfields, muitas vezes necessitam de dezenas de anos para serem utilizadas novamente. Contudo, tecnologias de descontaminação ou de isolamento dos gases e dejetos poluentes podem ser aplicadas de forma a devolver esses espaços para a cidade e transformá-los em espaços públicos de uso coletivo.

Exemplo de criação de espaço público em área contaminada:



Nelson Kon

Praça Victor Civita, São Paulo, construída no terreno de um antigo incinerador municipal. Projeto: Levisky Arquitetos Associados [Fonte: Levisky Arquitetos Associados]

3 Analisando os espaços públicos: praças, ruas e parques

A leitura dos espaços públicos existentes em determinada cidade ou região poderá indicar a necessidade de adaptações ou a criação de novos espaços, bem como evidenciará os problemas e potencialidades de cada lugar, a fim de direcionar os investimentos necessários e suas prioridades. Os pontos de análise de cada espaço público existente podem variar de acordo com a escala e com o tipo de atividade, mas há algumas características básicas para definir as condições de um espaço público, tais como:

- Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados
- Acessibilidade
- Arborização
- Segurança
- Conforto
- Áreas de estar e permanência
- Atividades realizadas
- Apelo visual

A partir da leitura destes elementos nos espaços públicos existentes se poderá ter uma ideia geral da qualidade dos espaços de uma cidade ou região, das carências encontradas e das suas necessidades, sempre relacionadas às leituras anteriores, como a identificação dos pontos de interesse e o levantamento de problemas e potencialidades.

4 Identificando prioridades

Depois do mapeamento dos pontos de interesse de uma cidade ou região, dos seus problemas e potencialidades e da análise dos espaços públicos existentes é possível ter um cenário formado das condições locais, e identificar as prioridades para a aplicação de investimentos, seja para novos espaços públicos ou para a melhoria dos espaços existentes.

Muitas vezes, o investimento na melhoria dos espaços públicos existentes pode sanar problemas e dinamizar áreas, considerando-se ainda os custos inferiores em relação ao desenvolvimento de novos espaços, que muitas vezes envolve questões onerosas como a regularização fundiária. Por outro lado, há muitas áreas da cidade que, embora sejam de acesso público e façam parte das áreas de livre circulação, não são caracterizadas como "espaço público" à medida que não possuem nenhuma infraestrutura de suporte para o seu usofruto. Muitas vezes basta a introdução de mobiliário urbano, sinalização, paisagismo e pavimentação adequada para tornar parte ociosa de um sistema viário em uma pequena praça.

São estas análises minuciosas que precisam ser feitas, tendo como referência o todo de determinada localidade, para que seja estabelecido um planejamento das prioridades de acordo com as necessidades locais. É importante ressaltar que os indicadores sociais da população são dados complementares importantíssimos para uma análise das condições dos espaços públicos existentes em uma determinada cidade, pois a introdução de novas atividades e usos vinculados a equipamentos existentes pode dinamizar áreas específicas que demandam necessidades especiais.

5 Identificando alternativas

Além da criação de novos espaços públicos ou da melhoria de espaços existentes, é possível dinamizar a vida coletiva e humanizar uma determinada cidade ou região com soluções alternativas e complementares aos projetos de espaços públicos, tais como:

Outros usos possíveis

Determinados espaços de uma cidade possuem uma única função, já consolidada e presente no cotidiano das pessoas. As ruas, por exemplo, possuem a função de circulação de veículos, contudo, nem sempre isto foi assim. A rua já foi lugar do comércio, da reunião e do encontro de pessoas na cidade. É possível resgatar o ideal da rua como espaço de convívio através do fechamento de ruas em dias específicos ou em datas comemorativas para o uso exclusivo do pedestre e do transporte não motorizado.

Exemplos de outros usos possíveis para lugares com funções consolidadas:



Hannah Arcuschin Machado

Ruas do Rio de Janeiro liberadas para pedestres aos domingos.



Davi Martins

Ciclofaixa de lazer em São Paulo nos fins de semana

Apelo visual da cidade: arte urbana

A arte urbana é um elemento que foi introduzido na cidade involuntariamente, sem o aval do poder público, realizada por manifestações individuais ou coletivas, mas que enriqueceram muito a paisagem urbana. Contudo, após muitas experiências de controle das manifestações artísticas na cidade, algumas administrações públicas passaram a incentivar e legislar tal apropriação do espaço, contribuindo para a liberdade de expressão, para o enriquecimento da paisagem e para a valorização dos espaços públicos.

Exemplos de incentivos à arte urbana:

Davi Martins



Grafites no "Beco do Batman", na Rua Gonçalo Afonso, na Vila Madalena, São Paulo. A viela, anteriormente degradada, passou a funcionar desde a década de 80 como um museu a céu aberto após sua apropriação pelos grafiteiros.

Davi Martins



Programa Vivo Call Parade 2012, que propôs intervenções artísticas nos orelhões da cidade de São Paulo, com apoio da Prefeitura Municipal.

Programas e políticas públicas

Programas e políticas públicas podem ser desenvolvidas para incentivar o uso dos espaços públicos de maneira mais humana e consciente, bem como para despertar novos usos coletivos na cidade. São políticas que podem ser pontuais, como a criação de um evento com objetivo específico ou ações efetivas que passem a fazer parte do cotidiano urbano, tais como:

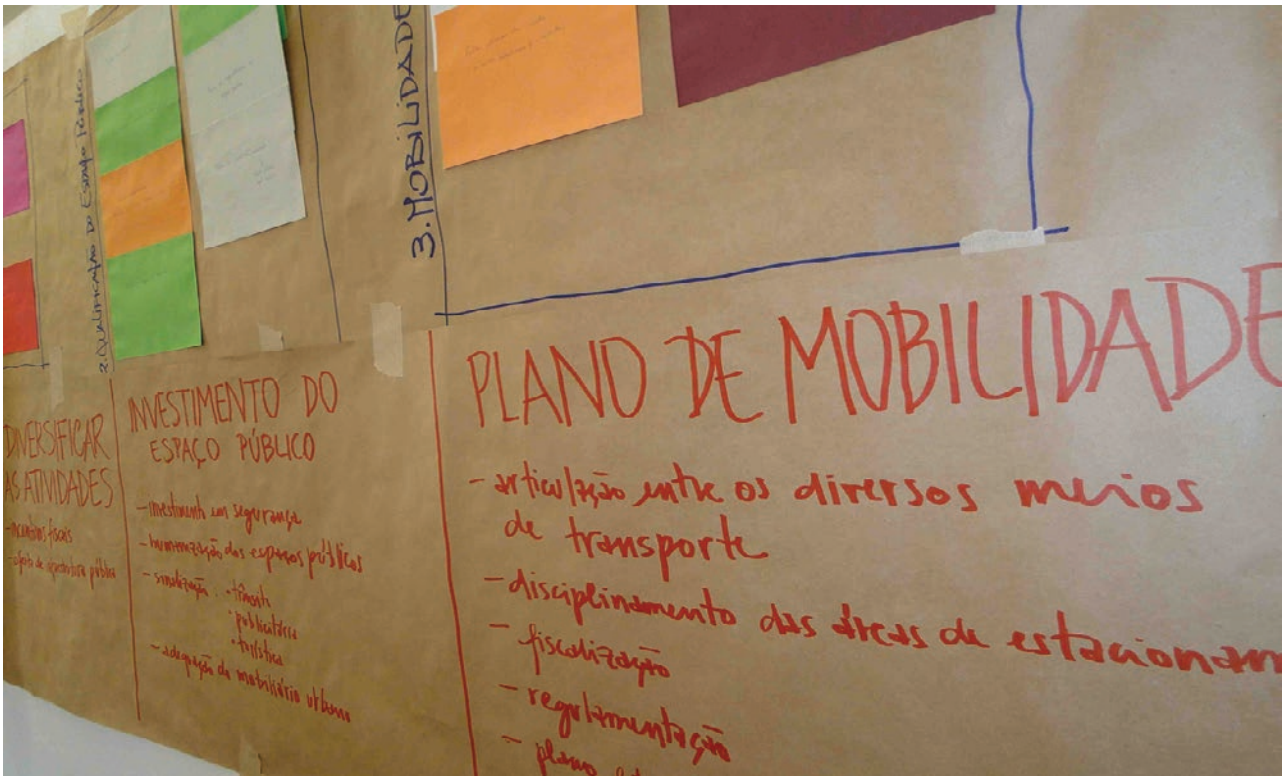
a. **Programa de Despoluição Visual:** Redesenho e normatização para comunicação visual exterior. Podemos citar como exemplo a Lei da Cidade Limpa, em vigor desde Janeiro de 2007 em São Paulo.

b. **Programa de Educação para a Mobilidade:** Eventos e material educativo para a sensibilização popular e orientação para a mobilidade na cidade. Exemplo: Dia da Mobilidade, proposto pela TC Urbes e IPHAN em Paranaguá, no processo de discussão do Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Centro Histórico da cidade.



TC Urbes

Apresentações no Dia da Mobilidade no Centro Histórico de Paranaguá.



TC Urbes

Oficina participativa no Dia de Mobilidade do Centro Histórico de Paranaguá.

c. Cessão de espaços públicos para exposições de arte e artesanato: Utilização de prédios históricos ou espaços urbanos para exposições e eventos ligados à produção e comercialização de arte e artesanato local.



Davi Martins

Feira de antiguidades no vão livre do MASP, na avenida Paulista, São Paulo.

d. Programa para abertura de vitrines noturnas: Para aumentar a sensação de segurança e a atratividade nos centros históricos ou em ruas comerciais no período noturno, poderá ser desenvolvido um programa de parceria entre gestão local e comerciantes para que as portas de ferro sejam mantidas levantadas. Isto possibilita passeios noturnos para o cidadão olhar as vitrines, aumenta a iluminação da rua e a movimentação de pessoas.

e. Programa Dia Sem Carro: Organização de um Dia Sem Carro nos centros históricos ou em determinada área da cidade.



CAPÍTULO 2 PASSO A PASSO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Foto: Eduardo Borges Barcellos

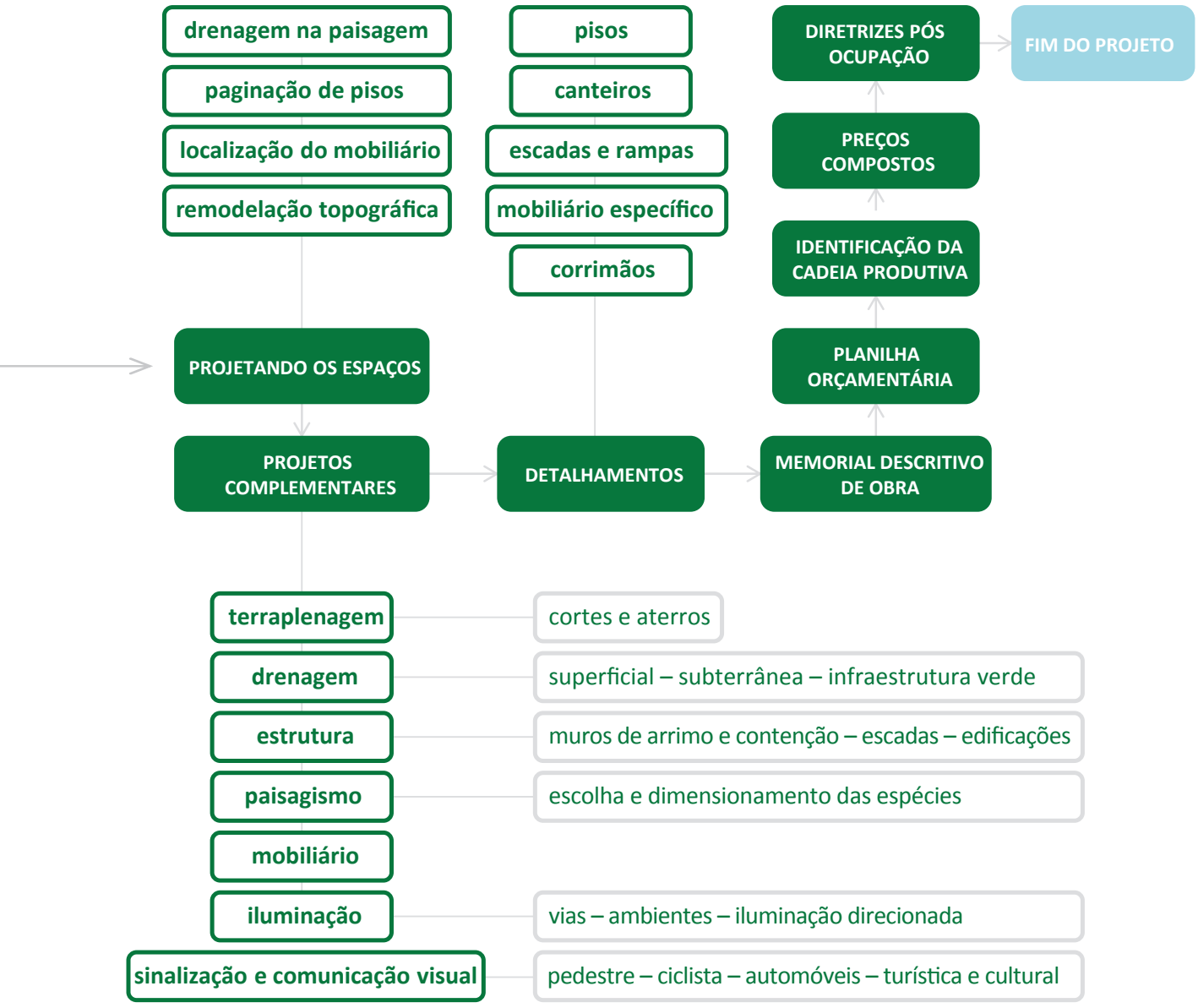
FLUXOGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS



A concepção e o desenvolvimento de bons projetos de espaços públicos requerem o cumprimento de uma série de etapas, que vão desde a análise do entorno, do terreno e das necessidades da população envolvida até a escolha dos materiais a serem utilizados.

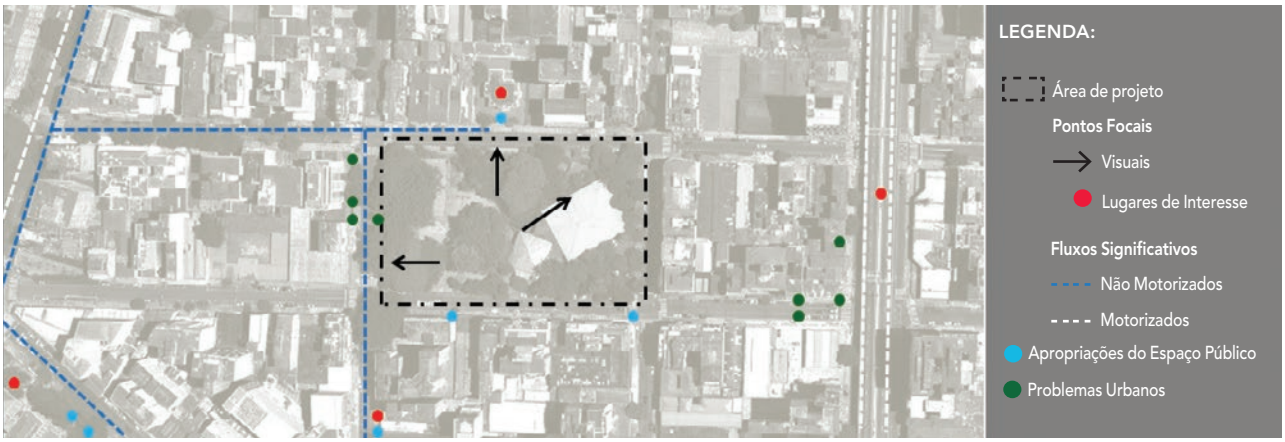
Um bom projeto acarretará no melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a sua execução e possibiliatará a melhor relação de urbanidade entre os diferentes usos na cidade, proporcionando o usufruto pleno das instalações pelos usuários, que terão o privilégio de ocupar um espaço que lhes ofereça conforto, segurança, acessibilidade e prazer.

Apresentamos o passo a passo para a elaboração de projetos de espaços públicos, cujas etapas serão incorporadas de acordo com a especificidade de cada projeto, sejam eles praças, parques, áreas comuns de equipamentos coletivos ou empreendimentos habitacionais, tratamento de espaços livres junto do sistema viário, rotatórias e cruzamentos, calçadões etc.



1 Análise do entorno

Analisar o entorno do espaço a ser projetado é ponto inicial para o desenvolvimento de um projeto de espaço público. A análise da área envoltória contempla a identificação de todas as interferências que podem impactar o novo espaço, positiva ou negativamente. Este levantamento será definitivo na implantação adequada do projeto e na sua integração com a cidade como um todo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da região. Portanto, é necessário que sejam levantados todos os pontos de interesse do entorno, conforme apontados a seguir:



Exemplo de mapeamento da análise do entorno.

1.1 Pontos focais

Pontos focais são importantes edificações, lugares ou paisagens localizados no entorno da área de projeto, que precisam ser mapeados a fim de se relacionarem com o novo espaço a ser criado.

Os pontos focais podem ser classificados em :

a. Visuais a valorizar, preservar, esconder

O olhar de dentro do terreno para o seu entorno, a partir de pontos diferenciados, pode direcionar o projeto, a fim de tirar partido de determinados visuais.

Exemplo:

Uma bela paisagem vislumbrada de determinado lugar do terreno pede a locação de uma área de estar e contemplação.



Davi Martins

Vista da Praça Pôr do Sol , São Paulo. Projeto: Miranda Magnolli.

Uma edificação agressiva e mal cuidada visível da área de projeto pode pedir a introdução de elementos que atenuem seu impacto, como o plantio de maciços vegetais bloqueando determinada vista ou a inserção de espécies trepadeiras sobre um muro alto.

Simone Gatti



Muro junto da Praça Padre Guerino Ricciotti, São Paulo.

b. Equipamentos e lugares de interesse (histórico, arquitetônico ou atividade específica)

Equipamentos e lugares significativos localizados no entorno da área de projeto podem ser decisivos tanto para a localização das atividades e equipamentos necessários como para a definição do programa.

Simone Gatti



Escola frente à Praça Padre Guerino Ricciotti, São Paulo.

Exemplo:

Uma escola localizada em uma das faces do terreno de uma praça indica que neste ponto deverá ter um acesso com travessia sinalizada e poderá ser previsto um espaço de estar e convívio para os estudantes.

Um bem tombado próximo à área de projeto provavelmente possui uma legislação de proteção de área envoltória, onde deverão ser seguidos padrões de intervenção, como a definição de gabaritos máximos para edificações ou a preservação da paisagem arbórea ao seu redor.



Simone Gatti

Bem tombado em frente à Praça Rotary, São Paulo, cuja arborização deve ser mantida por estar em área envoltória de tombamento

1.2 Fluxos e deslocamentos

Analisar os fluxos e deslocamentos em torno do espaço a ser projetado é fundamental para definir a implantação correta do programa e setorização das atividades em função do deslocamento de pessoas e veículos, para prever os acessos, os tipos de pisos mais indicados para os passeios públicos, as áreas de sinalização vertical e horizontal necessárias e as possíveis alterações no sistema viário existente, caso necessário.

FIQUE ATENTO

Um bom projeto é aquele que se insere adequadamente na cidade e compreende as relações existentes no cotidiano de seus usuários.

Os fluxos e deslocamentos podem ser classificados em:

a. Não motorizados: pedestres e ciclistas

Compreendem traçar os deslocamentos principais de pedestres e ciclistas no entorno da área de projeto, ressaltando os pontos de maior e menor concentração de fluxos.

Exemplo:

Ao projetar um canteiro entre a calçada e o sistema viário existente, o mapeamento dos fluxos de pedestres e ciclistas direcionará a locação do paisagismo e das áreas de estar, que não poderão obstruir a passagem do pedestre.

Gabor Nemes



Requalificação da Rua João Cachoeira, São Paulo.

No caso do projeto de um calçamento ou canteiro rente a uma ciclovia ou passagem de ciclistas, não poderão ser implantados equipamentos ou espécies vegetais que obstruam a visão do ciclista nas áreas próximas a cruzamentos. Já o uso de espécies arbustivas de pequeno porte são indicadas, para garantir maior segurança ao ciclista. A construção de uma ciclovia de lazer em um projeto de urbanização de uma orla marítima, por exemplo, deverá levar em consideração o deslocamento habitual dos ciclistas, a fim de incorporar no projeto os fluxos já existentes no cotidiano da cidade.



TC Urbes

Ciclovia em Copenhagem, Dinamarca

b. Motorizados: transporte coletivo, automóveis e motos

O mapeamento dos fluxos de veículos motorizados permitirá identificar pontos de acesso ao transporte coletivo, corredores de ônibus e pontos de táxi existentes, locais de estacionamento, bem como a concentração de fluxos de carros e motos, o que pode direcionar a melhor localização dos acessos para pedestres, a concentração das atividades e o uso de artifícios para bloquear os impactos visuais e sonoros advindos do excesso de tráfego motorizado. Em projetos de maior porte e complexidade são necessárias contagens de tráfego local.

Exemplo:

Ao projetar um canteiro junto do sistema viário existente, o mapeamento dos fluxos de veículos motorizados poderá prever a melhor localização dos pontos de travessia de pedestres, para que sejam locados em locais seguros, em concordância com a sinalização de trânsito.

No projeto de um calçadão, deverão ser analisadas as necessidades de deslocamento motorizado na área da calçada, para que os estabelecimentos comerciais e as residências existentes sejam atendidos pelos veículos, sem que este deslocamento entre em conflito com o fluxo de pedestres e ciclistas.



Deise Cristófoli

Calçadão Marechal Deodoro, Jaraguá do Sul, SC

1.3 Apropriação do espaço público

No levantamento da área envoltória de projeto são identificadas desde as apropriações do espaço público por atividades ocasionais, como as feiras públicas, até as apropriações por equipamentos que geram usos, como as bancas de jornal e mesinhas de restaurantes e bares locadas nas calçadas. A concentração de pessoas exercendo uma atividade específica também é uma importante diretriz de projeto.

Exemplos:

A concentração de alguma atividade comercial informal em determinado trecho do passeio público próximo à área de projeto pode fomentar a criação de um boulevard para absorver este uso com maior conforto e segurança, sem obstruir as calçadas e as vias públicas.

Uma rua que é frequentemente ocupada por crianças brincando ou com escolas que demandam espaços para apresentações pode sugerir a implantação de equipamentos específicos para tais atividades.

DICA

O levantamento da forma como a área envoltória do espaço a ser projetado é apropriada pelos cidadãos no uso cotidiano, poderá trazer importantes diretrizes de projeto.

Simone Gatti



Anfiteatro no Parque Linear Água Vermelha, Itaim Paulista, São Paulo.

1.4 Problemas urbanos

Pontos de acúmulo de lixo, problemas de segurança, iluminação deficiente ou excesso de tráfego local são importantes fatores a serem detectados na área envoltória de projeto para que possam ser minimizados.

Exemplos:

A insegurança de uma determinada área pode ser resolvida com soluções muito simples, como um bom projeto de iluminação pública, evitando áreas escuras e fornecendo visibilidade em todo o seu entorno.



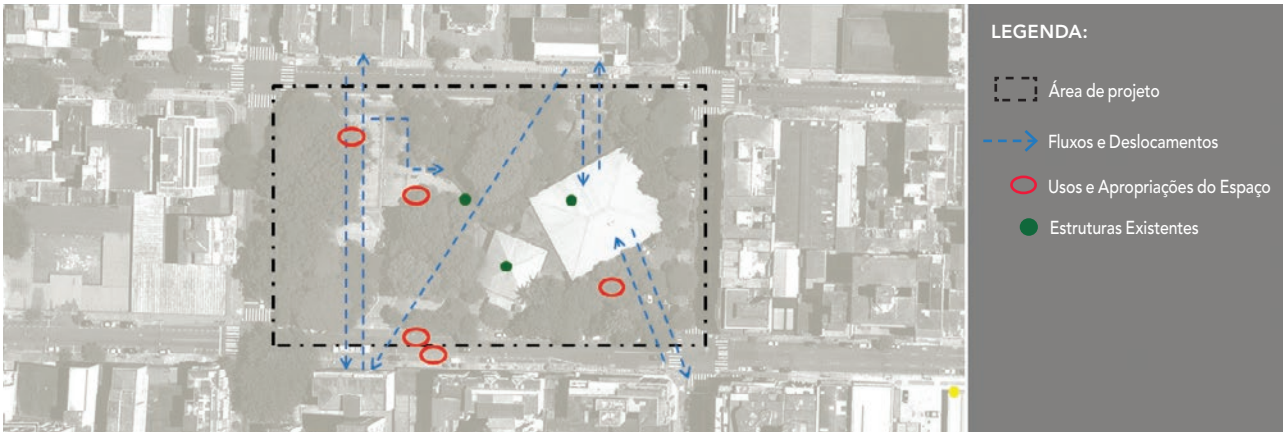
Davi Martins

Iluminação da Praça da República, São Paulo

Já problemas como o excesso de tráfego no entorno de uma praça pede cuidado com a setorização das atividades a serem instaladas. As áreas de lazer infantil ou de idosos deverão ser delimitadas e protegidas por elementos naturais ou construídos, que venham atuar na segurança dos usuários.

2 Análise da área ou terreno

Após analisar o entorno, dá-se início à análise minuciosa de todos os aspectos relevantes incidentes sobre a área a ser projetada. A análise das características existentes definirá as necessidades para a execução técnica do projeto, bem como direcionará o desenvolvimento projetual, que deve ser baseado na realidade identificada e não em ideias preconcebidas. Um projeto feito com base na análise da problemática local contribuirá com a melhoria da qualidade de vida das áreas envoltórias e sua melhor inserção na malha urbana.



Exemplo de mapeamento para análise da área ou terreno.

2.1 Fluxos e deslocamentos

Da mesma forma que é necessária a análise dos fluxos e deslocamentos do entorno, a identificação dos percursos usuais por pedestres na própria área de projeto pode direcionar a setorização de atividades e a criação de áreas de travessia baseadas na apropriação do espaço existente. Esta análise pode ainda identificar condições de acessibilidade e pontos positivos e negativos dos atuais percursos, orientando as futuras intervenções.

2.2 Usos atuais e apropriações do espaço

Nem toda área de projeto é um terreno vazio e inabitado. Na maioria das vezes, o espaço a receber melhorias e infraestrutura já possui uma dinâmica própria e usos cotidianos. Um projeto de um espaço público deve considerar a potencialidade dos usos existentes e das relações estabelecidas entre o usuário e a cidade no campo do território.

A simples concentração de pessoas em determinado local continuamente poderá servir de subsídio para a criação de um espaço de estar a ser incorporado pelo projeto.

Exemplo de incorporação dos usos identificados *in loco* no projeto de reurbanização: Largo da Lapa, São Paulo

Simone Gatti



Área de convívio existente no Largo da Lapa. São Paulo.



Projeto para reurbanização do Largo da Lapa, em São Paulo, incorporando os usos identificados no levantamento de campo. Projeto: Simone Gatti para TC Urbes.

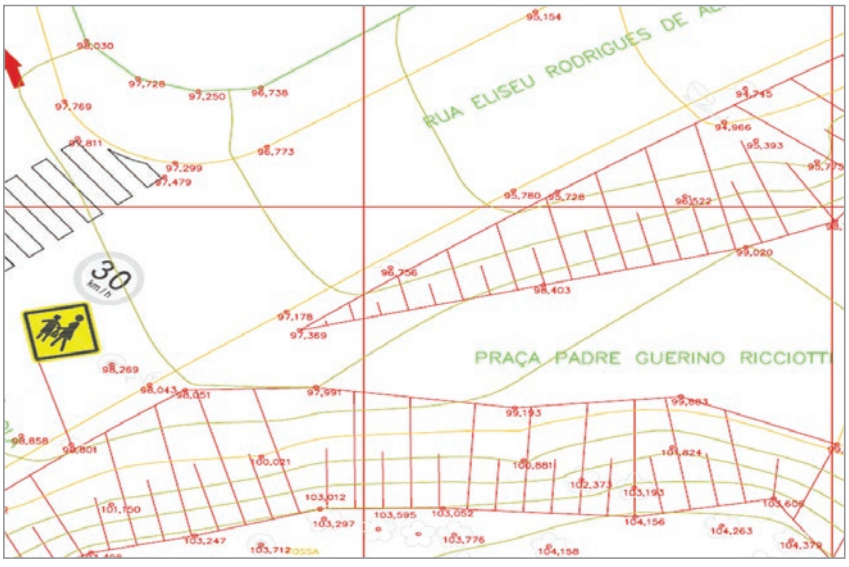
Fonte: TC Urbes

2.3 Estruturas existentes

Após analisar as ocupações do espaço, é necessário levantar todas as estruturas existentes no terreno de projeto, como pisos, equipamentos, mobiliários, edificações e infraestrutura. Este levantamento permite indicar os custos de demolição e de retirada de equipamentos, bem como mensurar o que pode ser mantido e aproveitado no novo projeto.

2.4 Topografia

O levantamento topográfico planialtimétrico cadastral é a base para o início do projeto básico. Ele deve ser realizado por profissional especializado, munido de teodolito e mira ou GPS, e deve fornecer a representação fiel do terreno e de todas as estruturas existentes sobre ele, em escala adequada. Com o levantamento topográfico em mãos, o projeto pode ser iniciado e a remodelação topográfica do terreno, caso necessária para a melhor acessibilidade do usuário ou para criar novos planos e taludes, pode ser então planejada.



Detalhe de levantamento planialtimétrico cadastral.

Fonte: TC Urbes

2.5 Vegetação existente

A localização da vegetação existente pode ser realizada pelo próprio topógrafo, amarrando o centro de cada espécie arbórea existente ao terreno. Contudo, a identificação das espécies deve ser feita por profissional especializado (engenheiro agrônomo, botânico ou paisagista), que irá fornecer, além do nome científico e popular da espécie, o DAP (diâmetro na altura do peito) e suas condições fitossanitárias. Esta identificação permitirá o conhecimento do porte e das condições de cada planta, a fim de direcionar o projeto de paisagismo e as diretrizes de possíveis supressões e recomposição vegetal.

A identificação de espécies permite ainda que seja estabelecida uma adequada relação entre espaço construído e espaço natural, à medida que, para escolher os tipos de piso, proximidade das edificações etc. é necessário saber, por exemplo, o tamanho da raiz de uma árvore, sua velocidade de crescimento e porte.

2.6 Drenagem

A identificação da drenagem na área de projeto permitirá avaliar como é realizado o escoamento das águas pluviais e qual sua contribuição para o sistema de drenagem existente, a fim de direcionar o projeto de drenagem superficial ou subterrânea, de acordo com a vazão, bem como identificar pontos de alagamento que precisam ser contidos.

Exemplo:

Uma área de acúmulo de água devido a drenagem ineficiente pode ser minimizada com o uso de pavimentos permeáveis.



ABESC

Pavimento permeável em concreto.

2.7 Sondagem do solo

A sondagem do solo permite a identificação das diferentes camadas que compõem o solo e o nível do lençol freático. É um procedimento de segurança para o caso de terrenos que receberão estruturas, como as de escadas ou de edificações, para áreas onde a declividade é alta e locais que exigirão a construção de muros de contenção. A sondagem permitirá dimensionar adequadamente as estruturas a serem construídas.

Dependendo da complexidade do terreno e da obra poderão ser solicitados também ensaios de permeabilidade, a fim de determinar os coeficientes de permeabilidade do terreno, e postos de monitoramento, para obter amostras de água subterrânea a fim de se verificar a qualidade hidrogeológica e os seus índices de contaminação.

3 Processo participativo: identificando as necessidades da população

Compreender as necessidades da população local é tão importante quanto avaliar o entorno ou as especificidades do próprio terreno. Identificar os desejos e anseios da população e a relação que ela estabelece com a região pode alterar significativamente ideias preconcebidas de determinado lugar.

Para que um projeto de espaços públicos atenda efetivamente às demandas locais e seja apropriado pela população, é fundamental que se estabeleça um processo participativo com a comunidade antes do início do projeto. Este processo pode variar de metodologia, dependendo do porte do projeto e do tempo disponível para o seu desenvolvimento. Esta comunicação pode ser feita através dos seguintes mecanismos:

3.1 Entrevistas

No caso de pequenas intervenções no espaço público, que não demandam mudanças significativas no uso dos espaços, as entrevistas podem se resumir a conversar com usuários locais, a fim de identificar as impressões do ambiente atual, expectativas, problemas e necessidades.

No caso de projetos mais complexos, de grande porte ou que envolvam alterações substanciais no cotidiano dos usuários locais, pode ser desenvolvido um questionário específico, abordando questões de identificação da população usuária, origem e destino, atividades realizadas, problemas existentes e expectativas.

Independente da metodologia utilizada, o contato com a população deve ser realizado em horários e dias diferenciados, para que sejam identificados públicos distintos e todos os possíveis usos do espaço.

3.2 Oficinas participativas

A oficina participativa é um importante instrumento de democratização da informação e de ampliação do canal de debate. Ela permite que as diretrizes de projeto sejam conhecidas pela população e que os grupos envolvidos possam se manifestar publicamente, propondo alternativas e soluções aos problemas existentes.



TC Urbes

Oficina participativa do Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Sítio Histórico de Paranaguá, PR, desenvolvida pela TC Urbes e IPHAN.

Contudo, a metodologia a ser aplicada em uma oficina participativa deve ultrapassar a simples explanação de diretrizes de projeto e coleta de opiniões. O processo participativo precisa ter como pressuposto a parceria e a delegação de responsabilidades, para que os interesses dos diferentes grupos sociais sejam explicitados e pactuados. Este processo

permite que os interesses coletivos se sobreponham aos interesses particulares e o espaço urbano possa ser repensado em outra dimensão.

As oficinas podem ser separadas por grupos de interesse e estes desenvolverem matrizes de planejamento, que servirão de base para a criação de uma matriz coletiva pelos diversos grupos envolvidos, norteando o projeto a partir das demandas existentes.

As oficinas participativas podem ocorrer em vários momentos do projeto: no início, a fim de coletar informações que direcionem as intervenções, e durante o processo projetual, de forma a permitir que a sociedade acompanhe o desenvolvimento do projeto e participe efetivamente.

3.3 Audiências públicas

Para projetos urbanos de amplo impacto, audiências públicas podem ser realizadas a fim de informar a população, tirar dúvidas e receber sugestões. Em muitos municípios, a legislação local já impõe a sua obrigatoriedade em função do tipo de projeto a ser desenvolvido.

As audiências públicas possuem um caráter mais amplo que as oficinas, por abranger um número maior de pessoas que não apenas aquelas afetadas diretamente pelo projeto. Contudo, é um instrumento de caráter mais pontual, que não possibilita a continuidade de um processo efetivo de participação popular, como ocorre com as oficinas participativas.



Camila de Oliveira

Audiência pública do projeto Nova Luz na Câmara Municipal, São Paulo.

3.4 Canal específico de comunicação

Blogs ou sites específicos sobre um projeto urbano em desenvolvimento podem ser criados para que a população acompanhe o processo projetual e possa interagir com dúvidas e sugestões. A criação de um canal específico de comunicação amplia a democratização do processo e exerce função complementar aos demais instrumentos participativos.



Página do blog criado pela TC Urbes para o Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Sítio Histórico de Paranaguá, desenvolvido para o IPHAN

Fonte: TC Urbes

4 Definição do programa

A análise do entorno e do terreno e a identificação das necessidades da população envolvida apresentam todos os elementos necessários para o início do projeto. O próximo passo é a definição do programa a ser desenvolvido, que se baseará na demanda inicial e na análise realizada. O programa muitas vezes já está predefinido pela necessidade do município que solicitou o desenvolvimento do projeto, mas ele deve ser adaptado e ajustado a partir das condicionantes de análise do espaço existente e da vida cotidiana que ali se manifesta.

Definir o programa significa pensar sobre o que este espaço público precisa ter para atender às demandas existentes.

Podemos dividir a definição do programa nos seguintes itens:

4.1 Atividades a serem desenvolvidas

Compreende a definição dos usos do espaço público.

Para o projeto de uma praça, por exemplo, dependendo das necessidades do terreno, do entorno e dos futuros usuários, o programa poderá conter espaços de estar e convívio com bancos, parquinho infantil, espaço de ginástica para idosos, quadras esportivas, arenas para apresentações, anfiteatros etc., bem como os espaços necessários para o deslocamento, estacionamento, atividades de apoio etc.

4.2 Equipamentos necessários

Engloba os equipamentos necessários para que cada uma das atividades previstas se estruture.

Para um pequeno parquinho, por exemplo, serão necessários um balanço, duas gangorras e um gira-gira. Para um anfiteatro poderá ser necessária a instalação de uma cobertura sobre a plateia e de uma concha acústica, dependendo das condições locais.

4.3 Edificações de apoio

As atividades a serem desenvolvidas no espaço público projetado necessitarão de edificações de apoio?

Haverá, por exemplo, banheiros públicos, posto policial, espaços de exposições?

A necessidade de edificações de apoio deverá ser levantada para que seja prevista sua localização e dimensionamento, que devem estar articulados com a implantação dos demais espaços a serem projetados.

5 Setorização de atividades

Após definido o programa do projeto, pode-se dar início à setoriação das atividades no terreno, que é especificar onde ficará cada atividade e qual o seu dimensionamento prévio. Estas escolhas deverão ser pautadas nas relações estabelecidas com o entorno, nas condições do terreno e na melhor relação de convivência do usuário com as diferentes instalações.

Deve-se identificar no local áreas que já são involuntariamente ocupadas, mantendo-se assim o vínculo existente entre cidade e cidadão no novo projeto. Muitas vezes, a presença de um elemento natural no terreno é o indicativo da localização de uma determinada atividade, como uma árvore que proporciona uma boa sombra para espaços de estar.

A setorização pode abranger as seguintes atividades:

5.1 Áreas de piso

a. Lazer contemplativo: estar e convívio

São as áreas destinadas à permanência, que deverão oferecer um ambiente agradável aos usuários, com conforto e segurança. As áreas de estar e convívio precisam ser reservadas das áreas de grande circulação ou de atividades específicas.

Foto: Eduardo Muylaert, Helô Melo e Guinter Parschalk



Lazer contemplativo na Praça Otávio Moura Andrade, Águas de São Pedro, SP. Projeto: Aflalo & Gasperini e Purarquitetura [Foto: Eduardo Muylaert, Helô Melo e Guinter Parschalk.

Fonte: Aflalo e Gasperini

b. Lazer ativo: atividades recreativas e esportivas

São as áreas destinadas a atividades de uso específico de lazer e prática de esportes, como parquinhos, quadras esportivas, espaço para a prática de ginástica etc.

Estes espaços normalmente precisam ser segregados dos demais por alguma barreira física, para garantir a segurança e o conforto dos que estão dentro e fora destas áreas. Contudo, podem-se utilizar elementos alternativos às grades e alambrados, que rompem a visibilidade do todo, tal como os desníveis, aproveitando a própria topografia do terreno, canteiros com vegetação, sistemas de drenagem superficial ou mesmo mobiliário urbano.



Davi Martins

Lazer ativo no Parque Cantinho do Céu, SP. Projeto: Boldarini Arquitetura e Urbanismo.

c. Circulação

As áreas de circulação devem ser planejadas em função da área envoltória e do melhor deslocamento do usuário dentro do espaço em si, de forma a não interferir nos demais usos.



Davi Martins

Áreas de circulação no Parque da Juventude, SP. Projeto: Aflalo & Gasperini (arquitetura) e Rosa Kliass (paisagismo).

A acessibilidade universal deve ser garantida em toda a circulação, utilizando-se, quando necessário, rampas com inclinação adequada e corrimãos, como alternativa ou complemento ao uso de escadas.

d. Acessos

Os acessos devem ser planejados em função das áreas de circulação e da setorização de atividades como um todo e, sobretudo, em função das relações estabelecidas com o espaço circundante.

Alguns espaços públicos são totalmente acessíveis às ruas e calçadas, outros possuem canteiros ou equipamentos que delimitam e orientam o caminho a ser percorrido pelo usuário. A localização dos acessos está muitas vezes relacionada com os equipamentos situados na área envoltória, com o sistema viário no qual o espaço se insere e na travessia de pedestres de uma rua para outra.

Davi Martins



Acesso da Praça Victor Civita, São Paulo. Projeto: Levisky Arquitetos Associados.

e. Estacionamento

Alguns espaços públicos, dependendo do porte, da localização e das atividades existentes, podem necessitar de estacionamentos ou da demarcação de vagas para automóveis. Esses espaços devem ser setorizados de forma a não entrar em conflito com as demais atividades e, sobretudo, devem considerar a análise do sistema viário existente.

Estacionamento de bicicletas deve ser presença obrigatória nos espaços públicos, à medida que incentiva o uso dos modais não motorizados, seja para a circulação cotidiana ou para as atividades de lazer. O estacionamento de bicicletas pode ser viabilizado através da instalação de paraciclos ou de um bicicletário coberto, dependendo da necessidade e do porte do projeto. Neste caso, os equipamentos localizados no entorno também são referência, a fim de indicar a maior ou menor demanda para o uso de bicicletas.



Davi Martins

Bicicletário na Praça Victor Civita, SP. Projeto: Levisky Arquitetos Associados.

5.2 Áreas de Jardim

a. Delimitação de canteiros

As áreas que receberão o plantio de espécies vegetais podem ser definidas em função da sua funcionalidade, para delimitar acessos ou garantir sombras para atividades específicas, e em função da paisagem desejada, diferenciada por cores, texturas e volumes.

Os canteiros podem ser segregados dos pisos de diferentes formas. Podem estar nivelados com o piso, separados apenas por uma guia de contenção ou elemento de proteção, caso necessário, e podem ainda ser projetados em desnível, formando floreiras e bancos ao seu redor.



André Porto

Canteiro nivelado com o piso na urbanização da orla de Ilhabela, São Paulo.

Davi Martins



Canteiros formando bancos no Parque Cantinho do Céu, SP. Projeto: Boldarini Arquitetura e Urbanismo.

b. Plano de massas: gramados, forrações, arbustos e arborização

O plano de massas é a etapa que antecede a escolha de espécies no projeto paisagístico e irá completar a setorização das atividades a serem realizadas no projeto. O plano de massas definirá quais as áreas reservadas para gramados, que podem ou não ser pisoteáveis; as áreas que receberão forrações, ou seja, espécies rasteiras de pequeno porte; as áreas de arbustos, caso necessários, para compor a paisagem ou criar um elemento natural de contenção; e as áreas a receber arborização, que podem ser sobrepostas aos demais tipos de vegetação.

A elaboração do plano de massas já pode apresentar o desenho a ser formado com a composição da vegetação, cuja orientação pode ser estética ou funcional.



Plano de massas de paisagismo para a Praça Padre Guerino Ricciotti, São Paulo. Projeto: Simone Gatti para TC Urbes.

Fonte: TC Urbes

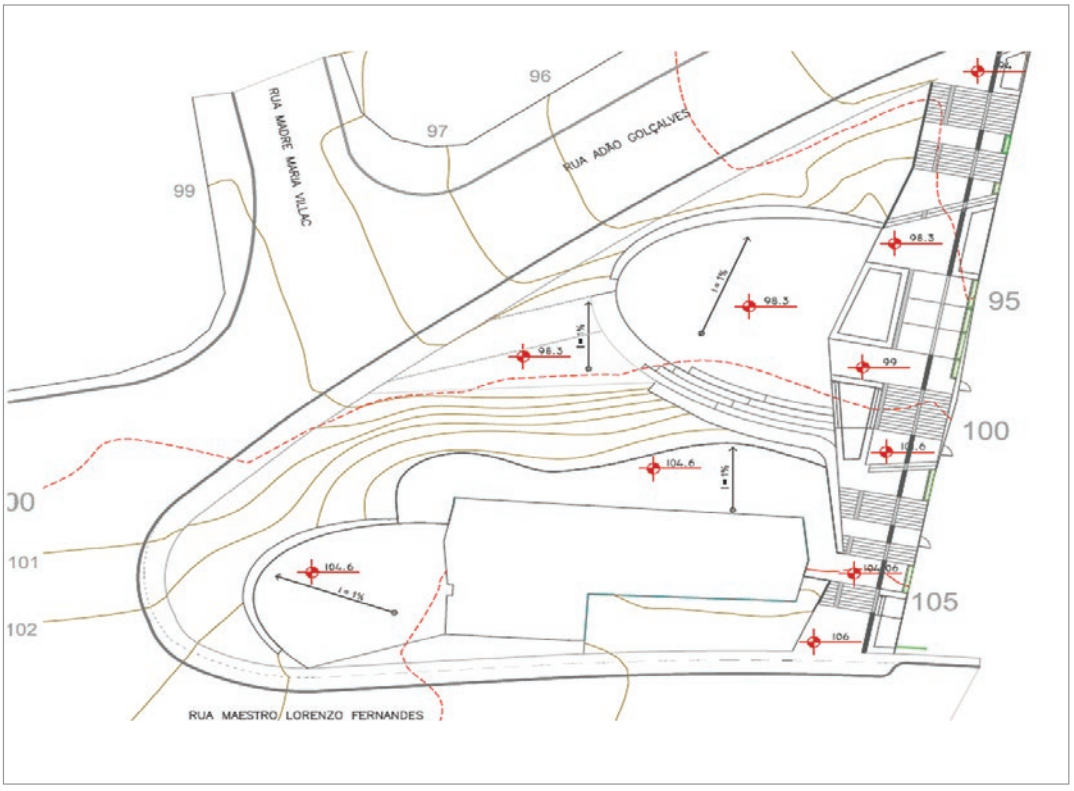
6 Projetando espaços

6.1 Remodelação topográfica

Definida a setorização das atividades, que é dizer onde vai ser o que, pode-se dar início ao projeto de remodelação topográfica, que é a leitura da topografia existente e a definição das alterações, caso necessário.

A remodelação topográfica implica definir onde estarão rampas e escadas e quais seus dimensionamentos, a inclinação necessária para a drenagem superficial das áreas impermeabilizadas e ainda a criação de platôs, muros de arrimo e demais intervenções do projeto que exijam alterações da topografia existente.

O projeto de remodelação topográfica será subsídio para o desenvolvimento do projeto de terraplenagem, que definirá as quantidades necessárias de remoção e adição de terra.



Projeto de remodelação topográfica da Praça Padre Guerino Ricciotti, São Paulo. Projeto: Simone Gatti para TC Urbes.

Fonte: TC Urbes

6.2 Localização do mobiliário urbano

A localização do mobiliário é fundamental para o projeto das áreas predefinidas na setorização de atividades, à medida que identificará a necessidade dos espaços de circulação entre os objetos e o real dimensionamento dos espaços de lazer e convívio.

A localização do mobiliário urbano não significa apenas implantá-lo no projeto, mas definir a relação do usuário com cada espaço, as formas de apropriação desejadas e a pré-escolha do modelo a ser usado, que poderá ser um mobiliário de mercado, pronto, ou uma peça desenhada especificamente para o projeto em questão. Neste caso, deverá ser apresentado detalhamento do mobiliário projetado.



Fonte: Aflalo & Gasperini

Localização de mobiliário urbano (bancos, iluminação, deque e passarelas) na Praça Otávio Moura Andrade, Águas de São Pedro, SP. Projeto: Aflalo&Gasperini e Purarquitetura.

6.3 Diferenciação e paginação de pisos

Na setorização de atividades as áreas de piso foram delimitadas e agora pode-se projetar a diferenciação e o desenho de cada uma das áreas.

A escolha do tipo de piso deverá levar em consideração aspectos como o tipo de uso do espaço, a intensidade de fluxos, a necessidade ou não de drenagem superficial e o ideal estético. Um mesmo tipo de piso possibilita distintas aplicações, dependendo da paginação escolhida e da forma como ele se integrará aos demais pisos, às áreas e ao jardim.

Em *playgrounds* infantis, por exemplo, recomenda-se a aplicação de pisos de borracha, que amenizam o impacto de quedas. Para áreas de grande acúmulo de água, os pisos permeáveis auxiliam na drenagem superficial. Para áreas de estacionamento de veículos, pode-se usar blocos pré-moldados com vegetação, como os concregramas, que dão resistência, auxiliam na drenagem e ampliam as áreas verdes.

Simone Gatti





Simone Gatti



Simone Gatti

Aplicação de diferentes tipos de piso (borracha, permeável e intertravado) no Parque Linear Água Vermelha, Itaim Paulista, São Paulo.

6.4 Drenagem como elemento da paisagem

A drenagem superficial pode ser tratada de diversas formas. As mais usuais são a criação de canteiros e o uso de pisos permeáveis, que auxiliam na captação das águas pluviais. Contudo, a drenagem pode ser utilizada como um elemento da paisagem, aproveitando-se o uso de soluções técnicas como jardins de chuva ou canteiros drenantes, tetos verdes, biovaletas, escadas hidráulicas, lagos pluviais e jardins de alagados, até a criação de redes verdes, que compilam mais de uma destas soluções e se integram às redes urbanas existentes.



Nathaniel S. Cormier

Canteiro pluvial junto do New Seasons Market, em Portland, Oregon, EUA.

Nathaniel S. Cormier



Jardim de chuva da Rua Siskiyou, Portland.

Nathaniel S. Cormier



Jardim de chuva da Biblioteca de Maple Vallet, Washington, EUA.

7 Projetos específicos e complementares

7.1 Terraplenagem: cortes e aterros

O projeto de terraplenagem, originado do levantamento topográfico e da remodelação topográfica, geralmente é desenvolvido por engenheiro agrimensor e deverá apresentar o cálculo dos volumes de corte e aterro necessários, realinhados através de seções transversais no terreno.

7.2 Drenagem

O projeto de drenagem necessário é identificado com a análise do terreno e com o projeto da remodelação topográfica. Para a escolha da solução adequada faz-se necessário o cálculo de vazão das águas pluviais. Poderá ser utilizado apenas um tipo de drenagem ou a combinação de dois ou mais tipos, tais como drenagem superficial, drenagem subterrânea e drenagem como elemento da paisagem - infraestrutura verde.

7.3 Estrutura

A necessidade de projeto estrutural dependerá do projeto desenvolvido e do grau de complexidade das estruturas propostas. Contudo, alguns elementos requerem obrigatoriamente um projeto estrutural específico, com dimensionamento e cálculo das cargas sofridas e das armações necessárias, tais como:

a. Muros de arrimo e contenção

Os muros de arrimo são estruturas necessárias para conter vãos em altura, utilizados quando não há inclinação necessária para o uso de taludes ou para segmentar platôs.



Davi Martins

Muro de arrimo com blocos pré-fabricados na Rua Clélia, São Paulo.

O muro de arrimo mais comum é executado em concreto armado, o que necessita de um projeto estrutural específico, e pode ainda ser feito com a utilização de blocos pré-fabricados encaixados, sem a utilização de argamassa ou concreto. Esta solução permite ainda a construção de um jardim vertical, já que os blocos recebem terra e mudas no seu interior.

b. Escadas

O projeto estrutural de uma escada varia de acordo com o porte e o tipo de escada que se pretende executar. Contudo, o cálculo e o dimensionamento da sua estrutura é fundamental para o seu bom desempenho, sobretudo quando

é necessário vencer grandes vãos. Dependendo da complexidade do projeto e do terreno é necessário realizar uma sondagem do solo para o perfeito dimensionamento da estrutura.

A escada pode ainda apresentar outras funções, como ser transformada em espaço de convívio, auxiliar na drenagem ou possibilitar o deslocamento de bicicletas.

Eduardo Borges Barcelos



Exemplo de escadas com funções complementares: High Line Park, Nova York, EUA.

c. Edificações

Toda edificação a ser introduzida no espaço público precisa de um projeto estrutural específico. É importante ressaltar que existem inúmeras possibilidades de criar estruturas físicas além da fórmula laje/viga/pilar.

Leovaldo Foganhole



Leovaldo Foganhole



Opera House, Sydney - Austrália. Projeto: Jorn Utzon

7.4 Paisagismo e dimensionamento das espécies

As etapas de dimensionamento de canteiros e plano de massas já são parte integrante do projeto paisagístico, contudo estão inteiramente ligadas ao projeto arquitetônico e urbanístico como um todo. Já o projeto executivo de paisagismo consiste na escolha das

espécies (forrações, arbustivas e arbóreas) e no dimensionamento das mudas, da terra e da adubação necessária.

A escolha das espécies deve levar em consideração o clima e o solo local, bem como os impactos aos quais o terreno e a área envoltória estão sujeitos, e ainda a vegetação já existente na área de projeto. Indica-se sempre o plantio de espécies nativas, para garantir seu bom desenvolvimento e a atração da fauna local, e a escolha de espécies de fácil manutenção e com bom desempenho em todas as estações do ano, à medida que os espaços públicos brasileiros muitas vezes carecem de manutenção adequada ou estão sujeitos à ação depredatória do homem.

7.5 Mobiliário urbano

A implantação do mobiliário urbano em um espaço público tem como função a melhoria do conforto das pessoas, mas também marca a identidade dos espaços. O mobiliário urbano, quando é projetado especificamente para determinada localidade e não são utilizados itens de mercado, deve receber projeto específico com detalhamento.

O projeto de mobiliário pode incluir bancos, conjuntos de mesas e cadeiras, lixeiras, paraciclos, luminárias, brinquedos infantis, corrimãos, guarda-corpos etc.

O desenho e a implantação dos diversos elementos não devem atuar como barreira para as áreas de circulação, devem apresentar facilidade de manutenção e execução, bem como garantir o conforto e a adequação bioclimática, dando-se preferência para materiais resistentes e com inércia térmica.

Cristiane Bastos



Lixeira em concreto da Orla Morena em Campo Grande, MS.



Cristiane Bastos

Bancos em concreto do parque Quinta Normal em Santiago, Chile.

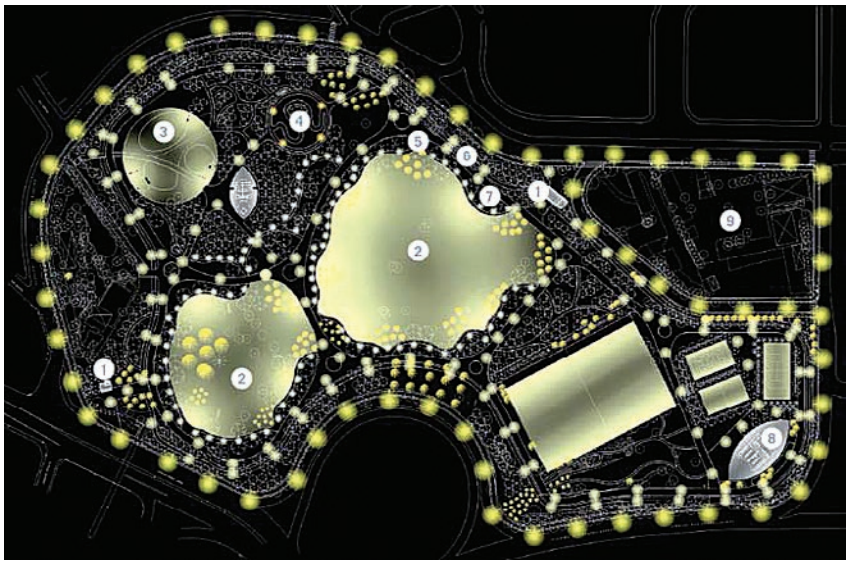
7.6 Iluminação

A iluminação adequada de um espaço público pode fornecer segurança para a realização de atividades em diferentes horários e ainda substituir soluções remediadoras de segurança, como o uso de grades ou a presença de policiamento. Para isto, deve-se planejar os diferentes tipos de iluminação que compõem o espaço:

a. **Iluminação das vias adjacentes ao terreno:** a iluminação pública deverá ser complementada, caso necessário.
b. **Iluminação dos ambientes internos:** com posteamento mais baixo, de modo a ficar abaixo das copas das árvores.

c. **Iluminação direcionada:** pelo uso de embutidos, balizadores e projetores sobre o paisagismo, a arquitetura e para a demarcação de acessos nos pisos, caso necessário.

O projeto executivo de iluminação deve conter a localização dos pontos de luz e seus raios de abrangência, o descritivo de cada tipo de iluminação, a listagem de materiais necessários (eletrodutos, caixas e fiação) e o respectivo quadro de forças.



Iluminação para o Parque do Povo, SP. Projeto Luminotécnico: Neide Senzi.

Fonte: Senzi Consultoria Luminotécnica



Iluminação noturna para o projeto do Largo do Mercado de Florianópolis, SC. Projeto: Viglieca&Associados.

Fonte: Viglieca e Associados

7.7 Sinalização e comunicação visual: horizontal e vertical

O projeto executivo de sinalização e comunicação visual é fundamental para a criação de uma identidade do espaço público projetado e para garantir uma boa orientação ao usuário e um bom uso dos espaços. Sua necessidade vai depender da escala do projeto, do tamanho da área e da complexidade do programa implantado. Nos parques públicos, por exemplo, é imprescindível o uso de placas de sinalização e indicativas. Muitas das sinalizações necessárias são as sinalizações já definidas pelo Código Brasileiro de Trânsito, mas que precisam ser previstas no projeto, para que sejam propostas as sinalizaçãoes complementares:

a. **Sinalização para o pedestre:** deverá levar em conta o trajeto da caminhada, que difere do trajeto dos demais veículos, e ter cor e altura adequadas para a visualização de uma pessoa em pé.

b. **Sinalização para o ciclista:** deverá levar em conta o trajeto da bicicleta, de forma a não entrar em conflito com os demais modais, e ter cor e altura adequadas para a visualização de um ciclista em movimento.

c. **Sinalização para o automóvel:** na maioria das vezes, basta a sinalização viária, mas em casos de estacionamento ou acessos de veículos será necessária uma sinalização complementar, de modo a evitar o conflito com pedestres e ciclistas.

d. **Sinalização turística e cultural:** apresentará a orientação dos principais locais de interesse, bem como informações sobre lugares específicos, apresentadas sob a forma de totens ou placas.



Fonte: Mariana Hardy e Fernando Maculan

Projeto de sinalização e comunicação visual para o Parque da Pampulha, Belo Horizonte. Projeto: Mariana Hardy e Fernando Maculan

8 Detalhamento necessário para execução

Além dos detalhes específicos de cada projeto complementar, deverão ser detalhados, em escala adequada para a execução, todos os itens que são específicos do projeto, bem como os equipamentos que não estão disponíveis no mercado e foram criados especialmente para o espaço público projetado, tais como:

a. Assentamento e junções de pisos
b. Escadas e rampas
c. Mobiliário específico
d. Corrimãos e deques

9 Memorial descritivo da obra

O memorial descritivo de obra irá descrever todas as etapas necessárias para a execução do projeto elaborado, desde a limpeza inicial do terreno até a instalação de mobiliário urbano e comunicação visual.

O objetivo do memorial descritivo de obra é estabelecer padrões mínimos de qualidade à obra e orientar questões específicas ao projeto e ao uso dos materiais escolhidos.

10 Planilha orçamentária: quantitativos e custos

A planilha orçamentária é usualmente elaborada sobre base de preços existente, desenvolvida anualmente pelas próprias prefeituras, onde são identificados os itens que correspondem ao projeto e inseridas as respectivas quantidades, que irão gerar o cálculo dos valores totais.

11 Tabela de preços compostos e identificação da cadeia produtiva local

Quando são utilizados itens que não constam da tabela base das prefeituras, deverá ser desenvolvida uma planilha específica, denominada Tabela de Preços Compostos, onde são apresentados três orçamentos de diferentes fornecedores que gerarão um valor médio de cada item cotado. Este procedimento confere transparência ao processo licitatório de obras e uma visão clara dos valores executados pelo mercado.

A escolha dos fornecedores deve priorizar a identificação da cadeia produtiva local, a fim de otimizar o desenvolvimento econômico da região, bem como minimizar gastos com transporte e logística das obras. A identificação da cadeia produtiva local contribuirá ainda para o uso de materiais adaptados ao clima local e às condições econômicas e culturais de cada região.

12 Manual de diretrizes pós-ocupação

Alguns itens do projeto necessitarão de manutenção adequada para sua boa conservação ao longo dos anos, mesmo quando utilizados materiais de alta durabilidade e baixa manutenção.

O uso de mobiliário de madeira, por exemplo, requer manutenção periódica para que resista melhor às intempéries. O paisagismo também requer manutenção adequada, seja no início do plantio, para que se garanta uma boa "pega" da vegetação ao solo, ou com o passar do tempo, com intervenções como podas, remoções de pragas e adubação.

Um pequeno Manual de Diretrizes Pós-ocupação, elaborado pelos profissionais que conceberam o projeto, pode ser inserido na documentação do projeto ou direcionado para os órgãos de manutenção responsáveis, contribuindo para a conservação adequada do espaço público implantado.



Jair Ferreira

Espaço Público em Apucarama, PR.

CAPÍTULO 3 BANCO DE BOAS PRÁTICAS

Foto: Marcelo Prates

BOAS PRÁTICAS DE PROJETOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL E NOS DEMAIS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

O Banco de Boas Práticas para Espaços Públicos apresenta uma compilação de bons exemplos de projetos desenvolvidos no Brasil e nos demais países da América do Sul. Foram selecionados projetos que já se tornaram referência na literatura sobre projetos urbanos, e também projetos menos divulgados, mas que da mesma forma beneficiaram cidades e pessoas com boas soluções para a humanização de espaços urbanos.

Buscamos analisar os projetos desde a sua composição e relação estabelecida com a cidade até as soluções técnicas empregadas no processo construtivo. Os conteúdos de análise estão apresentados de acordo com a disponibilidade de dados e a especificidade de cada projeto, mas tentam cumprir os seguintes pontos de análise:

- **Ficha técnica:** nome do projeto, local, autores, equipe técnica, contratante, início do projeto, ano de conclusão da obra, área, população beneficiada, construção, projetos complementares, premiações.
- **Objetivos**
- **Localização e características do entorno**
- **Concepção**
- **Programa**
- **Soluções técnicas e materiais empregados**

Esperamos que os projetos apresentados a seguir possam servir de referência para a criação de novos espaços urbanos de uso coletivo, ampliando a qualidade de vida das nossas cidades com mais conforto, segurança, beleza, diversidade e novas possibilidades de sociabilização e expressão cultural.

1. Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro (Praça Pôr do Sol)



Davi Martins

FICHA TÉCNICA

Autoria	Miranda Martinelli Magnolli
Local	Bairro Alto de Pinheiros, São Paulo, SP
Ano do projeto / conclusão	1967

Localização e características do entorno

A Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro, conhecida como Praça Pôr do Sol, fica localizada no bairro-jardim de Alto de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, que surgiu de um loteamento iniciado pela Cia City em 1925. A praça é mais um dos muitos espaços verdes do bairro, que possui ocupação predominantemente residencial, de casas térreas em grandes lotes. Os bairros desenhados pela Cia City, tal como Pacaembu e Jardim América, possuem a qualidade de valorizar o espaço público e as áreas verdes, porém com pouca diversidade de ocupação, mistura social e demais usos além do residencial, o que pode comprometer a segurança da praça.

Concepção

A Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro foi implantada em áreas de alta declividade, de onde se pode hoje tirar proveito da vista privilegiada em direção ao Pico do Jaraguá, à Marginal Pinheiros, ao campus da Cidade Universitária da USP e ao skyline da cidade de São Paulo. O projeto da praça se concentrou na exploração de espaços contemplativos em direção à declididade do terreno, formando grandes áreas gramadas entremeadas por bancos circulares e passeios. Seu diferencial é ter tirado partido da condição topográfica existente, além de possibilitar usos diversos em função da simplicidade do projeto.

Programa e setorização de atividades

A praça é destinada prioritariamente à contemplação da vista existente. O fato de apresentar grandes áreas gramadas, com algumas áreas sombreadas pelas árvores, e espaços sem atividades e programas específicos, permite que ela seja apropriada de diferentes formas pelos usuários e por eventos ocasionais, tal como o SlowMovie, evento que levou cinema, música e piquenique para a praça, ocupada por jovens e famílias com crianças. Uma das áreas circulares, coroada por bancos de concreto, é ocupada por playground infantil.

Soluções técnicas e materiais empregados

A grande área verde da praça, quase totalmente permeável, absorve a água das chuvas e resolve o problema da drenagem na superfície. A manutenção das espécies arbóreas também contribui para a drenagem e a estrutura dos taludes. Nas peças instaladas no parque a preocupação foi a praticidade e o baixo custo, optando-se pelos pisos e mobiliário cimentado e pelos brinquedos do playground em troncos de eucalipto.

Davi Martins



Davi Martins



Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro (Praça Pôr do Sol). Projeto: Miranda Magnolli

2. Largo da Lapa



Fonte: TC Urbes

FICHA TÉCNICA

Autoria	Simone Gatti para TC Urbes
Local	Bairro Lapa de Baixo, São Paulo, SP
Ano do projeto	2010
Ano da conclusão da obra	2012
Área	889,44m²

Equipe

Ricardo Correa, Cristiane Bastos, Helio Wicher, Davi Martins, Priscila Krayer, Beatriz Falleiros

Contratante

Prefeitura Municipal de São Paulo / SubLapa

Objetivos

O projeto do Largo da Lapa originou-se da criação de um boulevard sobre a área hoje ocupada pelo sistema viário desativado, com o objetivo de requalificar e humanizar parte de um território urbano de grande importância histórica para São Paulo. O projeto propõe integrar os espaços atualmente segregados, transformando a rua anteriormente fechada em uma grande praça, onde a massa arbórea existente foi preservada e as áreas de drenagem foram ampliadas.

Localização e características do entorno

O Largo da Lapa encontra-se em área circunscrita por um sistema viário estrutural, segregado de parte da cidade por grandes avenidas e pela ferrovia. A ocupação do território se divide entre remanescentes industriais e edificações térreas de pequeno porte. No passado, o largo foi um importante centro comercial para a região, que perdeu seu uso ao longo dos anos. Na escala do bairro, é um espaço de convívio importante, porém sem infraestrutura adequada para receber as atividades da vizinhança.

Concepção

Foram criadas novas possibilidades de uso da praça com espaços de estar e convívio, respeitando as atividades atuais e proporcionando acessibilidade universal por toda a área de projeto e ruas do entorno. Estabeleceu-se assim um projeto que resgata e potencializa usos existentes, como a conversa informal frequente e roda de samba que acontece semanalmente, para a qual foi criada uma delimitação de piso reforçando esta atividade sem entrar em conflito com outros usos, ampliando também as possibilidades do espaço público para novas atividades, trazendo área verde, lazer e espaços de estar e descanso para os moradores e usuários do entorno do Largo da Lapa.

Soluções técnicas e materiais empregados

O projeto para o Largo da Lapa buscou a simplicidade dos materiais para a possível realização da obra com baixo custo, utilizando materiais baratos e ao mesmo tempo resistentes, porém primou pela escolha do piso permeável à medida que se trata de uma área de grande acúmulo de águas pluviais em épocas de chuva intensa. Foram utilizados os seguintes materiais: piso permeável, lixeiras metálicas para material reciclável, protetores de árvores-bancos em estrutura metálica, mesas altas em concreto, bancos de concreto.



Fonte: TC Urbes



Perspectivas para o Largo da Lapa, São Paulo.
Projeto: Simone Gatti para TC Urbes.

Fonte: TC Urbes

3. Parque do Lago



Fonte: Paisages Emergentes

FICHA TÉCNICA

Autoria	Paisajes Emergentes (Edgar Mazo, Luis Callejas, Sebastian Mejia)
Local	Quito, Equador
Ano do projeto	2008
Área	1.260.000,00m²

Equipe

Arango, Ana Maria Jimenez, Sebastian Monsalve, Luis Tobon, Farid Maya, Adriana Tamayo, Erica Martinez, Carlos Cadavid.

Contratante

Corporación de Salud Ambiental de Quito e Colegio de Arquitectos del Ecuador

Premiações

Concurso Internacional Parque del lago, 2° lugar

Objetivos

O projeto do Parque do Lago foi desenvolvido para o concurso lançado pelo governo de Quito, Equador, visando a transformação do antigo aeroporto Mariscal Sucre em um parque municipal. A criação de um parque nas áreas do antigo aeroporto se fazia necessária à medida que provocaria um importante impacto na zona norte da cidade, como mudanças no uso do solo e a geração de um vazio urbano de grandes dimensões.

A intervenção em um espaço de 126 hectares representou uma oportunidade única para repensar a cidade e também ampliar os espaços públicos de recreação, ócio e convívio da população através de uma grande equipamento de recuperação da paisagem, melhorar a conectividade transversal no sentido Lesto-Oeste, adequar a estrutura urbana afetada durante anos pelas restrições aeroportuárias e melhorar e reparar as condições ambientais.

Concepção e soluções técnicas

De acordo com as normativas do concurso, a água deveria ser o elemento central na concepção do projeto, evocando o nome do projeto como Parque do Lago. A partir desta prorrogativa, a pista de 3 km foi inundada, a fim de se criar um ativo hidrológico do parque, e dividida em seis áreas que conformam um ciclo fechado de eventos náuticos:

1. No extremo Norte do parque estão as zonas úmidas.
2. As águas relativamente limpas advindas das zonas úmidas são usadas para preencher um aquário aberto com tanques, compostos por espécies fluviais de ecossistemas tropicais.
3. Um aquático jardim botânico vem a seguir nesta linha de montagem hidrológica. Considerando a variedade da fauna exibida no aquário, plantas tropicais são colocadas como as principais atrações.
4. A partir de então a água se move em tanques de água circulares, onde ela é mecanicamente oxigenada e filtrada, e o material orgânico vindo do jardim botânico é removido. Passarelas de pedestres são instaladas para envolver as pessoas.
5. A água limpa é usada para encher as piscinas públicas e banhos termais. Uma combinação de energia eólica e solar é usada para aquecer o complexo de aquáticos.
6. Finalmente, chegamos a um lago recreativo, onde a água é coletada em tanques subterrâneos para satisfazer a necessidade de sistemas de irrigação e manutenção geral do parque.

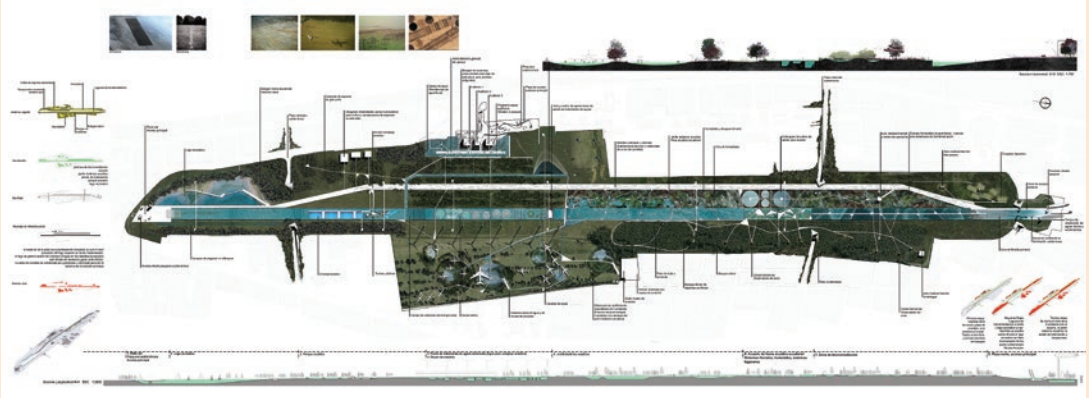


Localização e implantação do projeto para o Parque do Lago, Quito, Equador. Projeto Paisages Emergentes.

Fonte: Paisagens Emergentes

Programa

- Museu de aviação ao ar livre
- Campo de golfe
- Torres de observação
- Pista de caminhada e ciclovia
- Auditórios
- Complexo esportivo
- Centro de convenções
- Bosque nativo
- Observatório de aves
- Jardim botânico
- Jardins suspensos
- Parque aquático: piscinas públicas e banhos termais
- Aquário ao ar livre
- Lago recreativo
- Campos de irrigação e infiltração
- Campo de coleta de energia solar
- Tanque de coleta de águas pluviais e sub-terrâneas
- Campo eólico
- Administração



Fonte: Paisagens Emergentes

4. Praça João Paulo Pinheiro [Revitalização da Praça da Estação de Governador Valadares]



Fonte: ABCP

FICHA TÉCNICA

Autoria	Guilherme Letizio Vieira, Sanar - Saneamento Arquitetura e Engenharia
Local	Governador Valadares, MG
Ano de conclusão	2012
Área aproximada	5.000,00m²

Contratante
Prefeitura Municipal de Governador Valadares

Objetivos
A revitalização da Praça João Paulo Pinheiro, mais conhecida como Praça da Estação em Governador Valadares, buscou um aumento de 30% no tamanho da praça com a eliminação da Rua Antônio José Almeida e a integração do espaço à Estação Ferroviária, uma das entradas de Valadares, o que justifica os investimentos e os cuidados com a manutenção, para assegurar a beleza do lugar e o incremento de atividades esportivas e culturais para seus visitantes.

Concepção
Em uma parceria entre a Prefeitura de Governador Valadares e a Vale, o projeto para a Praça João Paulo Pinheiro propôs novos pisos, iluminação e paisagismo, com área de jogos e de eventos, onde poderão se realizar shows e feiras. A história da ferrovia, que completa 100 anos na cidade, será contada em painéis educativos. A locomotiva, que foi a primeira a cruzar a cidade entre as décadas de 1920 e 1930, vai ficar em meio a um espelho d'água. A praça terá, ainda, uma fonte luminosa.

Programa

Área de eventos, área de jogos, lanchonete, espaço educativo, bicicletário, fonte interativa e espaços de estar e convívio.

Soluções técnicas e materiais empregados

Para a restauração dos pisos foram utilizadas placas permeáveis que ajudarão na drenagem do solo, contribuindo para o escoamento das águas da chuva. O piso permeável proporcionará ao projeto acessibilidade plena para os pedestres, notada pela regularidade e uniformidade das placas em grandes formatos (60x60x4cm), diferenciando-se das calçadas convencionais. Foi utilizado também pisos de superfície antiderrapante (60x60x2cm), suave ao toque e atérmico.



ABCP

Execução de piso na Praça da Estação, Governador Valadares. Projeto: Guilherme Letizio Vieira, Sanar - Saneamento Arquitetura e Engenharia.

5. Academia Cora Garrido, Baixio do Viaduto do Café



Fonte: Igor Guatelli

FICHA TÉCNICA

Autoria	Igor Guatelli
Local	Bairro da Bela Vista, São Paulo, SP
Início do projeto	2006
Área	2.200,00m²

Equipe

Olívia Fontanetti, Natália Gandini, Fernanda Lima Sakr

Objetivos

O projeto de Igor Guatelli para a Academia Cora Garrido consiste na criação de uma arquitetura suporte para uma ocupação informal do espaço público já existente, que é uma praça esportiva e cultural, pública e gratuita, idealizada pelo ex-lutador de boxe Nilson Garrido e sua mulher Cora Batista. O projeto buscou atribuir novos sentidos a espaços não-projetados, como o baixio de viaduto.

Localização

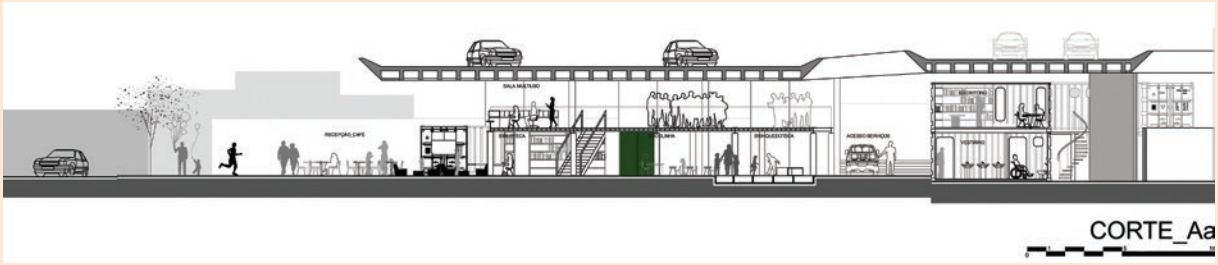
O baixio do Viaduto do Café, no bairro da Bela Vista, é mais um destes espaços subutilizados das grandes cidades que, no entanto, foi ocupado por uma academia de boxe e atividades culturais comunitárias. Junto com o sacolão existente no local, apresenta uma área de 7 mil m².

Concepção

O projeto foi concebido para melhorar a situação de ocupação improvisada do baixio do viaduto, sem porém romper as caracterísiticas existentes e a ocupação já consolidada do território. Buscou-se combinar espaços de maior especificidade programática, como uma biblioteca e escola infantil, com espaços mais fluidos e inexatos, de maior liberdade de ação e possibilidades de alterações.

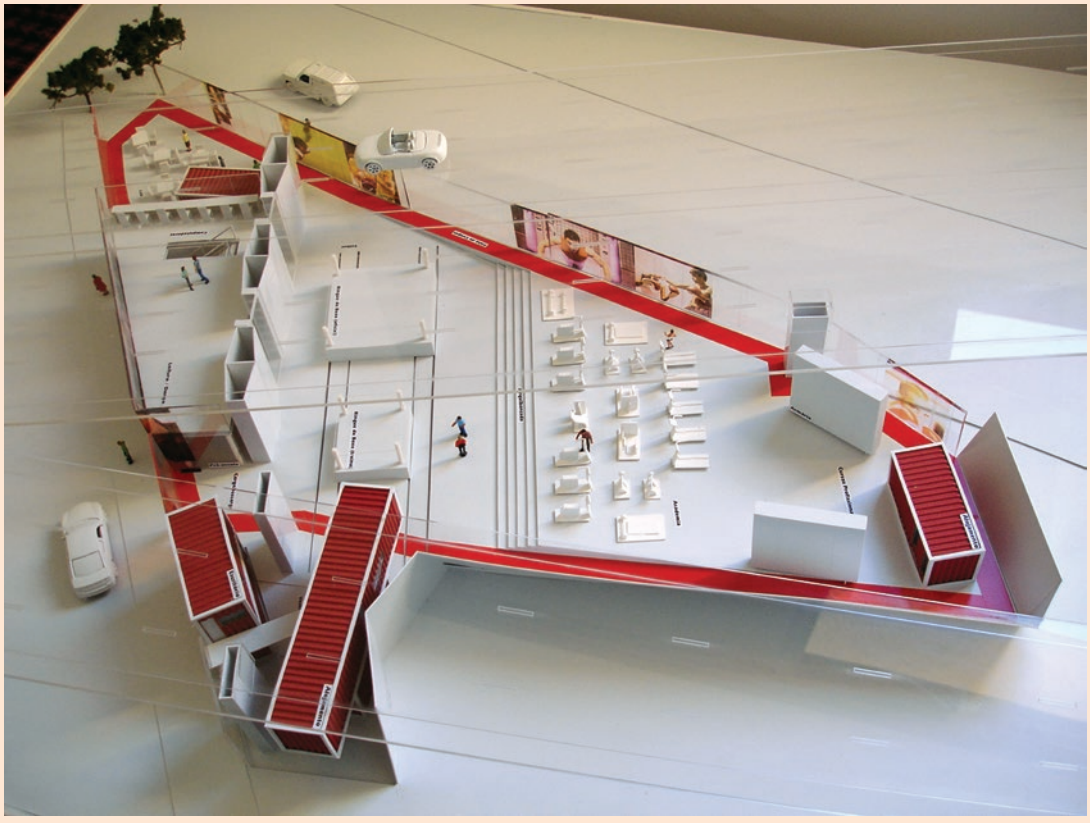
Programa

Foram utilizados ringues de boxe deslizantes em trilhos combinados com degraus, configurando uma arena ocasional, armários pivotantes como divisores de espaços e mezanino multifuncional, tudo envolvido em um espaço fluido e transparente que permitisse a visibilidade da cidade, a fim de garantir as ocupações espontâneas, tal qual hoje se apresentam. Contêineres abrigam usos específicos, como alojamentos, vestiários e cozinha.



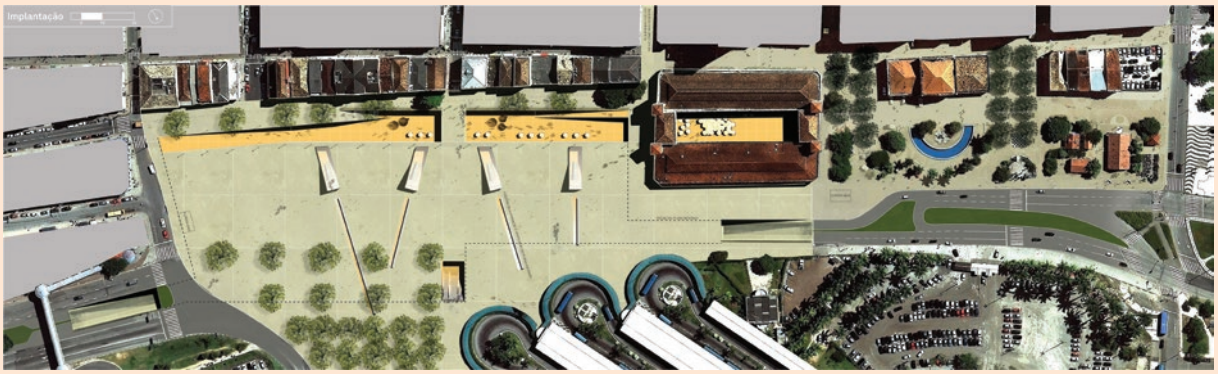
Fonte: Igor Guatelli

Igor Guatelli



Maquete e corte da Academia Cora Garrido, no Baixio do Viaduto do Café. Projeto: Igor Guatelli

6. Revitalização do Largo do Mercado Público de Florianópolis



Fonte: Viglieca & Associados

FICHA TÉCNICA

Autoria	Hector Viglieca [Viglieca & Assoc/SP e Viglieca & Assoc/SC]
Local	Florianópolis, SC
Início do projeto	2010
Área	30.000,00m²

Equipe

Luciene Quel, Ronald Werner, Neli Shimizu, Caroline Bertoldi, Thaísa Fróes, Fabio Pittas, Kelly Bozzato, Pedro Ichimaru, Bianca Riotto, Aline Ollertz, Sergio Faraulo, Fernanda Trotti, Fabio Galvão, Amanda Rodrigues, Luiz Marino, Paulo Serra, Luci Maie, Fernanda Menezes, Bernardo Seleme, Bernardo D'Artagnan.

Projetos complementares

Fundações	Milititsky Consultoria Geotécnica
Estruturas	Stabile Assessoria, Consultoria e Projetos

Contratante

Prefeitura Municipal de Florianópolis / Ipuf

Premiações

Concurso Nacional para Revitalização do Largo do Mercado Público, Florianópolis: 1° Prêmio

Objetivos

Promovido pela prefeitura e organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf), o concurso para a revitalização do Largo do Mercado Público de Florianópolis buscava a melhor solução para requalificar e redistribuir áreas ocupadas daquela região, localizada no centro da capital catarinense, e criar um centro de compras popular.

A intenção do projeto desenvolvido pela equipe do escritório Viglieca & Associados foi que a intervenção funcionasse como extensão natural da praça existente, de modo que o novo espaço não existisse como volume sólido, mas como um grande hall urbano rebaixado, integrando todo o conjunto através de interfaces de acessos de escala metropolitana.

Concepção e programa

O projeto buscou a configuração de um boulevard para pedestres formatado sobre este espaço rebaixado, estabelecendo uma continuidade espacial (pela cor e materialidade) que abre novas perspectivas, recuperando o antigo traçado da borda do cais e restabelecendo um suporte visual da fachada oitocentista, agora totalmente evidenciada.

Uma das preocupações foi alterar o traçado viário do local para uma conformação menos rodoviarista e mais adequada ao plano urbano rebaixado que funciona, além de estacionamento de veículos, como: acesso às lojas de conveniência e ao mercado; local de concentração dos serviços de táxi, vans de turismo, bicicletário; áreas de serviços das lojas, sanitários, depósitos e áreas técnicas.

Abrem-se, desde a nova praça, frestas de acessos iluminados ao plano inferior, com declinações transferidas dos diferentes traçados da malha urbana consolidada do entorno. A praça define também ilhas de vegetação, áreas de sombreamento e estar.

Soluções técnicas

Para não afetar as construções históricas, o nível do lençol freático foi controlado sem seu rebaixamento, através de sistema de ação sinfônica de pressão induzida pela gravidade, sem uso de bombas e sem necessidade de caimentos nas tubulações. Foram utilizados: caixa de armazenamento de águas pluviais para reuso na utilização de serviços de limpeza, jardinagem e sanitários; temperatura da água do subsolo no sistema de ar refrigerado das áreas internas das lojas; isolamento da radiação direta na laje da praça e coberturas das "lanternas" com células fotoelétricas como complemento de energia para a iluminação básica do plano rebaixado.



Fonte: Viglieca & Associados

Corte e perspectiva para o Mercado Público de Florianópolis. Projeto: Hector Viglieca.



Fonte: Viglieca & Associados

7. Requalificação da Rua Oscar Freire



Davi Martins

FICHA TÉCNICA

Autoria	Hector Viglieca [Viglieca & Associados]
Local	São Paulo, SP
Data do projeto	2002
Área	13.000m²

Equipe

Luciene Quel, Ronald Werner, Ruben Otero, Lílian Hun, Ana Carolina Penna, Neli Shimizu, Thaísa Froés, Paula Bartorelli, Fábio Galvão, Paulo Serra, Luci Maie, Rosângela Maltese

Colaboradores

Mônica Brooke, Mario Echigo

Projetos complementares

Trânsito e transporte	Neuton Karasawa
Arborização urbana	Rodolfo Gaiser e Christina Ribeiro

Contratante

Associação de Lojistas / Prefeitura Municipal de São Paulo

Premiações

Prêmio Arquitetura & Construção - O Melhor da Arquitetura 2008 [categoria Intervenção Urbana]

Objetivos

A centralidade urbana estabelecida na Rua Oscar Freire precisaria melhorar seu suporte físico com o único fim de persistir em sua vocação. A ideia era desenvolver um projeto integrado que otimizasse os usos, considerando os comerciantes e habitantes como parceiros responsáveis e não apenas como beneficiários. O projeto de requalificação objetivava criar um passeio livre de obstáculos, limpo, liso, sem ressaltos e sem desenhos decorativos, onde o pedestre pudesse caminhar sem sobressaltos em um piso bem construído como uma referência neutra que valorizasse as arquiteturas e as vitrines das lojas, além de promover o conforto do usuário através de vegetação e mobiliário adequado.

Localização e características do entorno

A área foi consolidada historicamente pela hierarquia assumida pelas Avenidas Nove de Julho, Rebouças, Estados Unidos e Paulista. Dentro deste quadrilátero se detectam três centralidades urbanas com características próprias: Centralidade Alameda Santos (hotelaria internacional e residências); Centralidade Rua Augusta (histórico comercial que remonta aos anos 1950 e que hoje sofre um abandono gerado principalmente pelo excesso de trânsito e falta de conservação e renovação do ambiente urbano em geral); Centralidade Oscar Freire (lojas de grife internacional e de arquiteturas de qualidade inigualável).

Concepção

O projeto foi concebido para ser um suporte à atividade existente, para definir ambiência, cor, sombra e clima adequados, com mobiliário urbano e iluminação pública eficiente. Optou-se por uma solução construtiva de pavimentação "monomatérica" e monocromática, sem desenhos decorativos, oferecendo a resistência mecânica adequada ao trânsito de pedestres, ao acesso de veículos aos estacionamentos; e visando sempre um baixo custo de manutenção e simplicidade na eventual substituição. Passeios mais largos foram locados próximos às esquinas e adequados para a ocupação de mobiliário móvel que não interrompesse o fluxo de pedestres, garantindo desta forma um maior conforto. A simetria da solução proposta em todas as quadras teve por objetivo dar as mesmas condições a todos os proprietários, facilitando também uma eventual reversão da solução adotada.

Soluções técnicas e materiais empregados

Como se trata de um setor urbano onde o andar a pé é uma condição básica, o verde proposto é sempre aéreo, descartando todos os tipos de jardineiras. A nova arborização foi localizada sempre recuada das fachadas, assegurando a visualização da identificação das lojas, minimizando a radiação direta sobre o solo pavimentado e melhorando o conforto ambiental. A espécie selecionada foi o ipê roxo nativo do Brasil, com copa pouco densa, para não fechar os visuais das lojas, e de floração marcante, que cria em uma época do ano uma identidade inequívoca de São Paulo.

O mobiliário urbano compreende bancos, quiosques, lixeiras e outros elementos que complementam o uso adequado do espaço público. Nas esquinas das ruas transversais com a Rua Oscar Freire foi proposta ainda a instalação de painéis digitais,como suporte publicitário e informativo. A iluminação tem o intuito de valorizar as vitrines e criar uma atmosfera apropriada para o passeio.

Com respeito à infraestrutura (rede elétrica, TV a cabo e telefonia, redes aéreas, cabos e transformadores), haviam 40 postes de concreto em apenas cinco quarteirões da Rua Oscar Freire. Este conjunto, efetivamente, diminuiu 30% da passagem livre dos passeios. Optou-se então pela substituição do sistema de postes e redes aéreas por subterrâneas, para ampliar o conforto do pedestre e a segurança no caso de queda de tensão ou cortes de energia. Nas tubulações subterrâneas foi previsto ainda espaço livre para outras futuras conexões e novas redes, de modo a ser evitado que o pavimento sofra constantes reparos.



Fonte: Viglieca & Associados



Implantação e vista lateral da reurbanização da Rua Oscar Freire, São Paulo. Projeto: Hector Viglieca.

Fonte: Viglieca & Associados

8. Parque de los Deseos



Eduardo Borges Barcellos

FICHA TÉCNICA

Autoria	Felipe Uribe de Bedout
Local	Medellin, Colômbia
Área	12.431 m²

Contratante
Empresas Públicas de Medellín

Objetivos
O Parque de los Deseos é um espaço público criado pelas Empresas Públicas de Medellín a fim de conciliar ciência e tecnologia à vida cotidiana dos habitantes de Medellín. O parque nasceu também com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre astronomia, por meio de um espaço lúdico onde os visitantes possam desfrutar de diferentes sensações, com atividades pedagógicas e eventos, e interagir com elementos que permitam entender conceitos de astronomia e seu impacto sobre a água, a energia e os meios de comunicação.

Localização e características do entorno
O Parque de los Deseos está localizado na zona Norte da cidade e possui vários equipamentos nos seus arredores, como o Planetário Municipal, a Casa da Música, o Jardim Botânico, a Universidade de Antioquia, o Parque Norte e o Parque Explora.

Concepção
A concepção do projeto do Parque de los Deseos baseou-se na criação de espaços que permitem ao usuário entrar em contato com o conhecimento de forma lúdica e criativa, explorando os espaços abertos. As crianças podem aprender sobre astronomia nos espaços formados com jatos d'água e areia de praia, enquanto adultos podem assistir a filmes, palestras e atividades culturais na grande praça.

Programa

O espaço do parque está dividido em zonas: um espaço aberto, que abriga as experiências interativas, e um edifício com comércio, sala para exibições e palco para projeções. O parque oferece diversas atrações lúdicas, dentre elas: vozes a distância (duas conchas acústicas locadas em paralelo que permitem a reverberação da voz humana), esfera celeste (que recria a localização das estrelas através de linhas de fibra ótica), relógio solar, mundo dos ventos etc.



Eduardo Borges Barcellos



Eduardo Borges Barcellos



Eduardo Borges Barcellos

Parque de los Deseos, Medellín, Colômbia. Projeto: Felipe Uribe de Bedout.

9. Parque da Pampulha [sinalização e comunicação visual]



Rafael Pinho e Cecília Rocha

Fonte: Mariana Hardy e Fernando Maculan

FICHA TÉCNICA

Autoria	Mariana Hardy e Fernando Maculan
Local	Belo Horizonte, Minas Gerais
Início do projeto	2003
Área	30ha

Contratante
Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte

Colaboradores
Clermont Cintra, Fernando Jorge da Silva, Gustavo Brasileiro, Laura Barbi, Márcio Barbalho

Assistentes
Alexandre Perocco, Ana Bárbara Ivo, André Coelho, Bruno Teixeira, Carolina Salgado, Cecília Rocha, Danilo Queiroz, Eduardo de Almeida, Gabriela Abdalla, Joana Carneiro, Mateus Valadares e Paula Falcão.

Objetivos
Turismo, lazer e educação ambiental são os fatores condicionantes do projeto de identidade corporativa e de sinalização do Parque Ecológico da Pampulha.

Localização e características do entorno
O Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego, conhecido como Parque Ecológico da Pampulha, é administrado pela Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte e foi inaugurado em 21 de maio de 2004. O espaço, de 30 hectares de áreas verdes, oferece à população da cidade a aos turistas uma programação permanente de educação ambiental, cultural, patrimonial e voltada ao trânsito.

Concepção

A ação inicial foi a criação da marca da lagoa, que reproduz seus contornos sinuosos e faz referências ao verde da natureza e ao azul dos painéis de Portinari. Posteriormente, foi criada a marca do novo parque ecológico, cujo símbolo deriva da simulação tridimensional de uma folha de árvore, mesclada ao perfil de um peixe. A ligação entre as duas marcas, e também entre os elementos de sinalização da orla e do parque, é dada pelo sistema de cores e pela tipografia.

Nos totens de setorização, as cores indicam as cinco áreas em que o parque foi conceitualmente dividido:

- Vermelho para a região de proteção ambiental
- Amarelo para a esplanada
- Verde para o bosque
- Azul para a área silvestre
- Laranja para o centro de apoio

Ícones na cor branca, em contraste ao colorido do círculo em que estão inseridos, sinalizam também esses domínios.

O ponto alto do projeto de sinalização é o desenho dos pictogramas, que derivaram do sistema universal, porém assumindo variantes que lhes conferiram linguagem lúdica. Destacam-se as arestas arredondadas e o enquadramento dos temas do ícone em cenas correspondentes, como as diferentes inclinações do corpo em uma pista de cooper e a posição do vigia na portaria.

O sistema de sinalização do parque tem como objetivo não só a identificação de espaços e indicação de percursos, ele também funciona como um equipamento para educação ambiental. Ilustrações e textos sobre a fauna e a flora da região compõem a família de placas educativas e interativas, como as do Jogo da Memória e do Jogo das Charadas, direcionadas para o público infantil.



Rafael Pinho e Cecília Rocha

Sinalização e comunicação visual do Parque da Pampulha, Belo Horizonte. Projeto: Mariana Hardy e Fernando Maculan.

Fonte: Mariana Hardy e Fernando Maculan

Soluções técnicas e materiais empregados

Foi utilizada a fonte Univers por sua boa legibilidade e enorme abrangência. Há nítida distinção visual entre os suportes e as bases de suas placas, onde são adesivados os elementos de sinalização propriamente ditos, peças visualmente independentes, soltas dos suportes de madeira.

Quanto às cores, destaca-se o aspecto da setorização - azul e laranja na área da orla, e outras cinco cores no parque. O azul da orla, o mesmo especificado para o símbolo, reveste a maior parte da base das placas e totens, exceto a região das delicadas laterais, pintadas na cor laranja, que sinaliza atenção, explicam os designers. As bases da sinalização da orla têm formato oblongo e suportes em aço inox.

Na área do parque ecológico, réguas de madeira reflorestada caracterizam as peças de sinalização, material também usado na arquitetura do parque. Elas revestem, no sentido vertical, os suportes retangulares de concreto, que, por sua vez, assumem formatos variados, como o pórtico de entrada ou os pilares de contornos recortados que sustentam os mapas de localização.

Rafael Pinho e Cecília Rocha



Fonte: Mariana Hardy e Fernando Maculan

Rafael Pinho e Cecília Rocha



Fonte: Mariana Hardy e Fernando Maculan

Sinalização e comunicação visual do Parque da Pampulha, Belo Horizonte.
Projeto: Mariana Hardy e Fernando Maculan.

10. Praça do Natal



Fonte: Estúdio América

FICHA TÉCNICA

Autoria Carlos Garcia, Lucas Fehr, Marcus Vinicius Damon, Mario Figueroa [Estúdio América]

Local Natal, RN

Colaboradores
Amanda Renz, Luiza Monserrat, Mario do Val

Consultor
Flavio Messas [arquitetura de eventos]

Premiações
2° lugar do Concurso Praça do Natal

Objetivos
O concurso público para a Praça do Natal, situada nas proximidades do conjunto Mirassol, no bairro de Capim Macio, em Natal, Rio Grande do Norte, tinha o objetivo de potencializar a tendência natural da área, oferecendo à cidade um verdadeiro "monumento natalino", em cujo espaço de contemplação e de convivência, a história, a arte e a cultura do município pudessem interagir com os frequentadores do local e ser difundidas, de uma forma lúdica, através da apresentação de diversas formas artísticas e com o uso de tecnologias da informação, água, som e luz. Ao mesmo tempo, pretendia-se criar uma referência arquitetônica permanente que simbolizasse o «clima» natalino da cidade fundada no dia 25 de dezembro de 1599, por este motivo «batizada» com o nome de Natal, e que fosse visível e passível de visitação em todos os turnos e dias do ano. A praça deveria servir, também, como ambiente para a montagem de cenários eventuais, com a possibilidade do uso de produtos da arte e da cultura locais.

Concepção

Sobre um território desenhado para abrigar um novo relevo, com ondulações que remetem às dunas de Natal, um balão elevaria a Árvore, formada por cabos, até um ponto que uma estrutura apoiada no solo teria grandes dificuldades e riscos para atingir. Um jogo de luzes, formadas por mangueiras luminosas e canhões de laser dão sua forma definitiva. Um lago ocupa a parte baixa da Árvore, e quando vazio se transforma em anfiteatro. Soma-se a tudo isso uma grande área de sombra, uma cobertura leve que abriga os itens funcionais do programa, pensado para receber muitos eventos ao longo do ano.

Programa

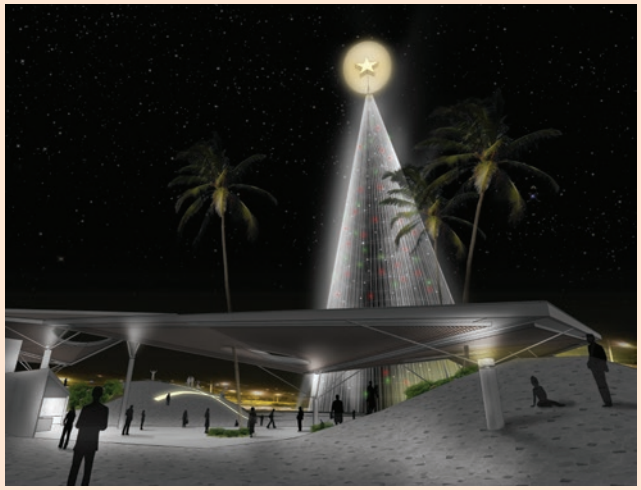
Relevo artificial, que interpreta as dunas suaves de Natal e cria infinitas perspectivas e recintos de abrigos; Lago: ora água, ora uma arena, palco para apresentações, um grande espaço de contemplação; Sombra: uma cobertura leve, ampla, composta por árvores estruturais, de concreto e metal, que sustentam um pergolado coberto por um tecido impermeável e translúcido. Sob ela, os bares, lanchonetes. A administração e os sanitários públicos, assim como o restante do programa de apoio, ficam sob esta plataforma, acessados diretamente da praça.

Soluções técnicas e materiais empregados

A iluminação que forma a imagem noturna da árvore se apoia em uma cordoalha formada por outros 56 cabos luminosos. Canhões de laser desde o solo complementam a iluminação cênica. Esta solução permite uma série de outras configurações, que podem ser formadas em outros eventos durante o ano, devido à facilidade de montagem e desmontagem. O piso da praça, de mosaico, é permeável. As águas são drenadas para os jardins e, se for o caso, para o lago. A vegetação é regional e os materiais de construção são simples e de fácil manutenção.



Fonte: Estúdio América



Perspectivas da Praça do Natal, Natal, RN. Projeto: Estúdio América

Fonte: Estúdio América

11. Parque Cantinho do Céu



Daniel Ducci

Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo

FICHA TÉCNICA

Autoria	Boldarini Arquitetura e Urbanismo - Marcos Boldarini e Melissa Matsunaga
Local	Distrito do Grajaú, São Paulo, SP
Início do projeto	2008
Ano de conclusão da obra	2011 (1ª etapa)
Área	Intervenção: 150 ha - Paisagismo: 30ha (parque)
População beneficiada	9.800 famílias

Equipe

Cristiana Salomão, Josiane Viana, Juliana Junko, Larissa Reolon dos Santos, Lucas Nobre, Melina Giannoni, Renato Bomfim, Ricardo Falcoski, Sérgio Faraulo e Simone Ikeda (colaboradores); Suzel Maciel (consultoria em arquitetura e paisagismo); Wagner Garcia (consultoria em estruturas)

Realização / Contratante

Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria da Habitação (Sehab)

Projetos complementares:

Drenagem, sistema viário e pavimentação	Geobrax e Linear
Iluminação pública	Luz Urbana
Rede coletora de esgoto e abastecimento de água	Argos
Projeto básico / Gerenciamento do programa	Consórcio HagaPlan e JNS
Fiscalização de obras	Consórcio Etep e Sondotecnica
Gerenciamento social	Cobrape
Obra	Consórcio Schahin Engenharia e Carioca Christiani Nielsen Engenharia

Premiações

- O Melhor da Arquitetura 2010, revista Arquitetura & Construção, Categoria Intervenção Urbana
- IAB-SP 2010, Categoria Habitação de Interesse Social, Mensão Honrosa

Objetivos

O projeto Parque Cantinho do Céu é um dos elementos de uma série de intervenções do programa Mananciais, mantido pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) com a colaboração do Governo do Estado de São Paulo, que pretendem implantar redes de água e de coleta de esgoto, eliminar áreas de riscos, fazer a drenagem de águas pluviais e estender a coleta de lixo até as comunidades - enfim, transformar locais degradados e de ocupações irregulares em bairros estruturados, melhorando as condições de vida da comunidade que ocupa o local. Para a implantação completa do parque, 1,5 mil famílias serão removidas das áreas de risco e da margem, e reassentadas na mesma região. O parque será implantado em seis momentos.



Implantação do Parque Cantinho do Céu, São Paulo.
Projeto: Boldarini Arquitetura e Urbanismo

Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo

Localização e características do entorno

O parque proposto para a área do Núcleo Cantinho do Céu, que abrange ainda o Parque Residencial dos Lagos e Jardim Gaivota, está localizado no distrito de Grajaú, o mais populoso da cidade, no extremo Sul de São Paulo, às margens da Represa Billings, em área ocupada de forma intensa e desordenada. A área de projeto era anteriormente ocupada por moradias precárias, que despejavam esgoto doméstico no reservatório, que abastece parte da capital paulista e cidades do ABC.

Concepção

A concepção do projeto se norteou para voltar as moradias para o reservatório e revelar a natureza à sua frente, valorizando paisagem e comunidade. O projeto substitui barracos sem esgoto por casas, pavimenta ruas e cria um parque linear de 7 km (2 km já concluídos). O parque associa usos de recreação e lazer à preservação da margem com a manutenção e reconstituição de espécies vegetais nativas, evitando o assoreamento da represa e promovendo a qualidade de vida dos moradores. A implantação é ainda mais complexa por causa dos vários tipos de interferência, desde ajustar o desenho de uma passarela para evitar a remoção de uma árvore até contornar a tampa da boca de lobo da rede de esgoto.

Programa e setorização de atividades:

- Quadra de futebol com gramado sintético
- Pista de skate
- Praça de equipamentos para exercícios físicos
- Playgrounds
- Passarelas para caminhadas
- Mirantes

Corte do Parque Cantinho do Céu, São Paulo. Projeto: Boldarini Arquitetura e Urbanismo



Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo

Soluções técnicas

Consideraram-se as situações especiais identificadas ao longo da área, sendo prioritárias as condições topográficas, a acessibilidade e a articulação com as obras de urbanização em curso.

O projeto previu ainda manutenção e reconstituição de espécies vegetais nativas e articulação das vias principais de acesso à área residencial. Como a permeabilidade do solo é premissa em projetos nas áreas de mananciais, a pavimentação do sistema viário leva em conta o tipo de tráfego definido. A intervenção ainda projetou a coleta e o afastamento do esgoto sanitário, o sistema de drenagem e a consolidação geotécnica.

Estão sendo implementadas obras de infraestrutura necessárias à urbanização do assentamento. São previstas demolições de edificações localizadas, em sua maioria, na área lindeira ao reservatório. Sua definição ocorreu sob critérios técnicos, em que foram observadas situações de impossibilidade de esgotamento sanitário, liberação das linhas de drenagem, complementação do sistema viário e supressão de áreas de risco. Esta alternativa possibilitou a conformação de uma área de aproximadamente 7 km de extensão, onde o projeto do parque é desenvolvido, constituindo um conjunto de espaços públicos abertos, de caráter regional.

Nas peças instaladas no parque (bancos, lixeiras, corrimãos etc.), a preocupação foi além do desenho e buscou produzi-las com materiais mais robustos e duráveis, para dificultar o vandalismo.

Materiais empregados

- Pisos e revestimentos: piso intertravado de concreto, concregrama e piso permeável.
- Mobiliário urbano: deques de madeira, lixeiras metálicas para material reciclável, aparelhos de ginástica para idosos, brinquedos de madeira e gradis metálicos.



Daniel Ducci

Parque Cantinho do Céu. Projeto: Boldarini Arquitetura e Urbanismo

Fonte: Boldarini Arquitetura e Urbanismo

12. Parque da Juventude



Nelson Kon

Fonte: Aflalo & Gasperini

FICHA TÉCNICA

Autoria	Arquitetura: Aflalo & Gasperini Arquitetos - Gian Carlo Gasperini, Roberto Aflalo Filho e Luiz Felipe Aflalo Herman Paisagismo: Rosa Grena Kliass Arquitetura Paisagismo - Rosa Grena Kliass
Local	São Paulo, SP
Início do projeto	1999
Conclusão da obra	2007
Área do terreno	232.933 m2 (parque institucional, 95.636 m2)
Área construída	34.360 m2 (parque institucional, 32.243 m2)

Equipe

Arquitetura: Eduardo Martins Ferreira e Takuji Nakashima (coordenadores gerais); Fátima Moreira (coordenadora do teatro e exposições); Aquiles Accocella, André Becker, André Bezerra de Mello, Ana Raquel Pionti, Aleksander Marcello Braz, Bruno Luchese, Fabiano Sinibaldi, Flávio Garcia, Juliana Garcias, Maria Paula Seixas, Meire Negami, Mirela Rezze, Paulo Katz, Raquel Valdivia, Rebeca Perrella, Reginaldo Okusako, Robison Keith Yonegura, Rodrigo Sobreiro, José Messias e Karen de Abreu(arquitetos); Jonatas Olim, Pamela Sarabia e Cíntia Tengan (estagiários)

Paisagismo: José Luiz Brenna (co-autor); Alessandra Gisella da Silva, Gláucia Dias Pinheiro, Mauren Lopes de Oliveira e Fabiana Fraccetto

Paisagismo

Rosa Grena Kliass Arquitetura Paisagismo - Rosa Grena Kliass (autora); José Luiz Brenna (co-autor); Alessandra Gisella da Silva, Gláucia Dias Pinheiro, Mauren Lopes de Oliveira e Fabiana Fraccetto

Construção:

Parque Institucional	Engeform
Parque Central	Épura
Parque Esportivo	Kallas

Premiações

- O Melhor da Arquitetura 2009, revista Arquitetura & Construção, Categoria Intervenção Urbana
- Bienal de Arquitetura de Quito em 2004 - Projeto paisagístico da arquiteta Rosa Kliass



Croqui de implantação do Parque da Juventude, São Paulo. Projeto: Aflalo & Gasperini (Arquitetura) e Rosa Kliass (Paisagismo)

Fonte: Aflalo & Gasperini

Objetivos

Proposta vencedora do concurso público realizado em 1999 pelo Governo do Estado e IAB - São Paulo, o projeto para o Parque da Juventude objetivou a reconversão da antiga Casa de Detenção do Complexo Penitenciário do Carandiru, desativado em 2002. O projeto se concentrou na reciclagem dos pavilhões, na construção do núcleo de apoio e serviço, pavilhão de exposições, teatro, conjunto esportivo e reformulação da área natural. Destaca-se pela destinação adequada de um espaço simbolicamente e fisicamente degradado da cidade de São Paulo, e que se transformou em referência não apenas de espaço de lazer, mas dotado de equipamentos públicos de alcance social e educativo.

Localização e características do entorno

Área dotada de ampla infraestrutura de transportes, como as estações de metrô Santana e Carandiru, é próxima a importantes eixos de ligação rodoviários, como a Marginal Tietê e a Av. Brás Leme. O parque é contornado por uma área de galpões e indústrias ao sul e por uma extensa ocupação residencial de baixo gabarito ao norte.

Concepção

Dividido em etapas de implementação, é composto de três grandes espaços: os parques Esportivo (inaugurado no final de 2003), Central (entregue no segundo semestre de 2004) e Institucional. O primeiro tem dez quadras poliesportivas, pista de skate, área para vestiário, sanitários e lanchonete. Para trafegar por esses locais de recreação foi implantada uma alameda central, interligando todo o parque arborizado. Esta é ladeada por uma pequena reserva de mata nativa e por quadras poliesportivas e área de apoio instalada sob uma marquise de concreto.

O premiado projeto paisagístico da arquiteta Rosa Grena Kliass compõe a segunda fase de execução do complexo, o parque Central, uma área de 90 mil metros quadrados, planejada como espaço de retiro e contemplação em meio ao verde. A terceira etapa do programa compõe a transformação dos pavilhões 4 e 7 em locais para atividades educacionais, como o o Centro de Inclusão Digital e a escola técnica do Centro Paula Souza.



Nelson Kon

Parque Institucional, Parque Central e Parque Esportivo do Parque da Juventude, São Paulo. Projeto: Aflalo & Gasperini (Arquitetura) e Rosa Kliass (Paisagismo)

Programa

O Parque Esportivo possui uma pista de skate, dez quadras poliesportivas, sendo duas de tênis e oito para a prática de voleibol, basquetebol, handebol, futsal; lanchonete com bancos e mesas; banheiros; bebedouros; área de descanso e pista para caminhada, cooper e atividade física e circuito de arborismo junto da porção preservada de mata atlântica.

O Parque Central possui 16 mil metros quadrados de mata atlântica, trilha ecológica na mata, pistas para caminhada e corrida, passeio de bicicleta e passeio com animais de estimação, um playground gramado, muralha com 600 metros, preservada da antiga Casa de Detenção do Carandiru, ruínas de celas solitárias como memorial do antigo Carandiru, monumento ao peregrino de Santiago de Compostela (presenteado pelo Governo da Espanha), jardins e bosques com árvores ornamentais e banheiros.

A área Institucional abriga a Etec Parque da Juventude, a Etec das Artes, a Biblioteca de São Paulo, um playground de areia, área aberta de shows e eventos para até 20 mil pessoas e academia ao ar livre para deficientes físicos.

Soluções técnicas e materiais empregados

A alameda central do parque, que interliga todo o complexo, foi pavimentada com solo-cimento e arborizada com guapuruvus, paus-brasis e jequitibás-rosas.

No Parque Esportivo foi criado um trajeto secundário, definido por linha sinuosa, onde estão implantadas pequenas áreas de estar e recreação infantil. Estas áreas possuem pavimentação alternada entre o piso cimentício, paralelepípedos, areia e áreas de jardim. Nos parquinhos foram utilizados brinquedos feitos de troncos de eucalipto. Nos demais mobiliários, como lixeiras, totens de sinalização e paraciclos, foi utilizada uma solução mista entre concreto e metal, conferindo durabilidade e um bom resultado estético ao conjunto. Mesas e bancos foram desenhadas e executadas em concreto armado.

O projeto paisagístico se integra a uma muralha existente, construção que, com auxílio de um conjunto de escadas, foi transformada em percurso feito em passadiço a 6,50 metros do solo (na altura da copa das árvores). As árvores inseridas junto ao piso de concreto são protegidas por grelhas metálicas. Como está prevista a utilização noturna, foi dada atenção especial à luminotécnica do parque, desenvolvida pelo escritório de Neide Senzi.

Nelson Kon



Parque Institucional, Parque Central e Parque Esportivo do Parque da Juventude, São Paulo.
Projeto: Aflalo & Gasperini (Arquitetura) e Rosa Kliass (Paisagismo)

Fonte: Aflalo & Gasperini

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCP, **Obras Brasileiras com pisos intertravados de concreto**. ABCP, São Paulo, 2005.

GEHL, Jan. **Public Spaces and Public Life**. Copenhagen, 2002

GUATELLI, Igor. **Condensadores Urbanos: Baixio Viaduto do Café – Academia Cora Garrido**. São Paulo, Mack Pesquisa, 2008.

MASCARO, Juan Luis (org). **Infraestrutura da Paisagem**. Masquatro Editora, Porto Alegre, 2008.

PELLEGRINO, Paulo Renato e CORMIER, Nathaniel. I**nfraestrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana**. In: Paisagem Ambiente n. 25 - São Paulo, 2008.

PER, Aurora Fernandez; ARPA, Jarvier. **The Public Chance, New Urban Landscapes**. A+T Ediciones, Spain, 2008.

ROBBA, Fábio e MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. São Paulo, EDUSP, 2010.



Para conhecer mais sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Soluções para Cidades, acesse nosso portal em *www.solucoesparacidades.org.br* e entre em contato conosco.